Mulheres do Ministério Público

Trajetórias Que Inspiram

20 ANOS

CNMP Conselho Nacional do Ministério Público

20 ANOS

CNMP Conselho Nacional do Ministério Público

Mulheres do
Ministério Público

Trajetórias Que Inspiram

2025
Florianópolis

EXPEDIENTE © 2025, Conselho Nacional do Ministério Público

COMPOSIÇÃO DO CNMP

Paulo Gustavo Gonet Branco
Presidente

Ângelo Fabiano Farias da Costa
Corregedor Nacional

Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Paulo Cezar dos Passos
Jaime de Cassio Miranda
Ivana Lúcia Franco Cei
Fernando da Silva Comin
Cíntia Menezes Brunetta
Edvaldo Nilo de Almeida
Fabiana Costa
Karen Luise Souza
Greice Stocker

IDEALIZAÇÃO

Ivana Lúcia Franco Cei
Conselheira e Ouvidora Nacional

COLABORAÇÃO

Vanessa Wendhausen Cavallazzi
Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina

ORGANIZAÇÃO

Chimelly Louise de Resenes Marcon
Leonardo Maciel Levenhagen Pinto
Mariana Zanatta Dória

MEMBROS

Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Procurador de Justiça do MPAC Membro Auxiliar

Vinícius Menandro Evangelista de Souza
Promotor de Justiça do MPAC Membro Auxiliar

Marcelo Moreira dos Santos
Procurador de Justiça do MPAP Membro Colaborador

Chimelly Louise de Resenes Marcon
Promotora de Justiça do MPSC Membro Colaborador

José Cantúaria Barreto
Promotor de Justiça do MPAP Membro Colaborador

EQUIPE TÉCNICA

Alessandra Meireles Silva, Mariana Zanatta Dória, Flávia Moreira Nardelli, Leonardo Maciel Levenhagen Pinto, Eraldo Júnio Mendes dos Santos, Gracinete Lago dos Santos

“Minha voz, minha vida, minha história, minha estrada.”

– Gal Costa

O verso ilumina as trajetórias reunidas nesta obra, que revelam a construção do Ministério Público sob novas lentes. São histórias que ampliaram o horizonte da instituição e, ao fazê-lo, ampliaram também a visão que o Ministério Público tem de si. Representam marcos importantes: percursos pioneiros que abriram espaços, consolidaram práticas, fortaleceram a missão constitucional e deixaram contribuições que hoje integram a estrutura viva da nossa atuação. Cada presença feminina, ao longo do tempo, simbolizou um avanço rumo à pluralidade, à democracia e à compreensão de que a justiça se realiza por meio de diferentes perspectivas, experiências e modos de atuação.

A elaboração desta obra foi possível graças à colaboração dedicada das unidades do Ministério Público e à confiança das homenageadas e de suas famílias. A reunião desses registros preserva parte essencial de nossa história institucional. As trajetórias dessas mulheres evidenciam transformações que ocorreram de dentro para fora, em um movimento contínuo, conforme novas vozes assumiram responsabilidades, ocuparam espaços estratégicos e imprimiram seu olhar na construção do interesse público.

As mulheres celebradas nestas páginas representam um legado que enaltece o passado, inspira o presente e projeta o futuro. Cada uma, com sua trajetória, ampliou limites, afirmou a relevância da presença feminina na vida pública e fortaleceu a compreensão de que seus passos pioneiros permanecem como referência para as gerações que seguem. Esta obra é tributo e memória; é reconhecimento e continuidade.

Honrar esses caminhos é reafirmar o compromisso de seguir avançando com a mesma coragem, sensibilidade e lucidez que marcaram essas histórias — porque a força de uma instituição se revela, sobretudo, na grandeza daqueles que a fazem florescer. Como lembra Conceição Evaristo: “Somos muitas. As que vieram antes de nós caminham conosco.”

Ivana Lúcia Franco Cei
Conselheira e Ouvidora Nacional do Ministério Público

SUMÁRIO

1.1. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 15
1ª Conselheira 15
Corregedora Nacional 16
Ouvidora Nacional 17

1.2. CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS 18
Presidência 18

1.3. CONSELHO NACIONAL DOS CORREGEDORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO 19
Presidência 19

1.4. CONSELHO NACIONAL DOS OUVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO 20
Presidência 20

1.5. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO 21
Presidência 21

1. MINISTÉRIOS PÚBLICOS DA REGIÃO NORTE 22

1.1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE 22
Procuradora-Geral de Justiça 22
Corregedora-Geral 23

1.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ 24
Procuradora-Geral de Justiça 24
Corregedora-Geral 25
Ouvidora-Geral 26

1.3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS 27
Procuradora-Geral de Justiça 27
Corregedora-Geral 28
Ouvidora-Geral 29

1.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ 30
Procuradora-Geral de Justiça 30
Corregedora-Geral 31
Ouvidora-Geral 32

1.5. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA 33
Procuradora-Geral de Justiça e Corregedora-Geral 33
Ouvidora-Geral 34

1.6. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA 35
Procuradora-Geral de Justiça e Corregedora-Geral 35
Ouvidora-Geral 36

1.7. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS 37
Procuradora-Geral de Justiça e Corregedora-Geral 37
Ouvidora-Geral 38

2. MINISTÉRIOS PÚBLICOS DA REGIÃO NORDESTE 39

2.1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA 39
Procuradora-Geral de Justiça 39
Corregedora-Geral 40
Ouvidora-Geral 41

2.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ 42
Procuradora-Geral de Justiça 42
Corregedora-Geral 43
Ouvidora-Geral 44

2.3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO 45
Procuradora-Geral de Justiça 45
Corregedora-Geral 46
Ouvidora-Geral 47

2.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA 48
Procuradora-Geral e Corregedora-Geral 48
Ouvidora-Geral 49

2.5. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO 50
Corregedora-Geral 50
Ouvidora-Geral 51

2.6. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ 52
Procuradora-Geral de Justiça 52
Corregedora-Geral 53
Ouvidora-Geral 54

2.7. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE 55
Procuradora-Geral de Justiça 55
Corregedora-Geral 56
Ouvidora-Geral 57

2.8. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE 58
Procuradora-Geral de Justiça e Ouvidora-Geral 58
Corregedora-Geral 59

3. MINISTÉRIOS PÚBLICOS DA REGIÃO SUDESTE 60

3.1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 60
Procuradora-Geral de Justiça e Corregedora-Geral 60

3.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS 61
Procuradora-Geral de Justiça 61
Corregedora-Geral e Ouvidora-Geral 62

3.3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 63
Corregedora-Geral 63
Ouvidora-Geral 64

3.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO 65
Corregedora-Geral 65

4. MINISTÉRIOS PÚBLICOS DA REGIÃO SUL 66

4.1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ 66
Procuradora-Geral de Justiça 66
Corregedora-Geral 67
Ouvidora-Geral 68

4.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 69
Procuradora-Geral de Justiça 69
Corregedora-Geral 70
Ouvidora-Geral 71

4.3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA 72
Procuradora-Geral de Justiça 72
Corregedora-Geral 73
Ouvidora-Geral 74

5. MINISTÉRIOS PÚBLICOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE 75

5.1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS 75
Procuradora-Geral de Justiça 75
Corregedora-Geral 76
Ouvidora-Geral 77

5.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO 78
Corregedora-Geral 78
Ouvidora-Geral 79

6. MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 80

6.1. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 80
Procuradora-Geral da República 80
Corregedora-Geral 81
Ouvidora-Geral 82

6.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS 83
Procuradora-Geral de Justiça e Corregedora-Geral 83
Ouvidora-Geral 84

6.3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 85
Procuradora-Geral do Trabalho 85
Corregedora-Geral 86
Ouvidora-Geral 87

6.4. MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR 88
Procuradora-Geral Militar 88
Corregedora-Geral 89
Ouvidora-Geral 90

CONSELHOS E ASSOCIAÇÃO

1.1. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1ª Conselheira

JANICE AGOSTINHO BARRETO ASCARI

Nascida em 31 de julho de 1960, é uma jurista com formação em direito pela FMU (1982) e mestrado em direito do trabalho pela USP.

Iniciou sua trajetória profissional em 1985 como advogada do Bradesco. Na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi professora de ética profissional no curso de estágio e curadora da Comissão de Ética e Disciplina de 1987 a 1990.

Em 1992, ingressou na vida pública como Procuradora da República de segunda categoria, passando ao cargo de Procuradora da República em 1994. Inicialmente atuou na área criminal até 1995, migrando posteriormente para a área cível.

No Ministério Público Federal (MPF), Janice Ascari assumiu um papel de destaque em casos de grande repercussão, como quando foi Procuradora-chefe em São Paulo. Foi responsável pela inclusão do nome do ex-senador Luiz Estevão na denúncia de irregularidades na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, e ofereceu denúncia contra o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, que embasou seu segundo pedido de prisão.

Posteriormente, como assessora do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, Janice Ascari integrou e, depois, foi nomeada coordenadora da força-tarefa da Lava Jato em São Paulo, que investiga corrupção em obras do Rodoanel e do Metrô de São Paulo.

Janice Agostinho Barreto Ascari foi a primeira Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), órgão de controle externo do MP. Em junho de 2006, como integrante do CNMP, ela alertou para a necessidade de critérios objetivos nas promoções por merecimento no MP. A Conselheira destacou que a promoção deve evitar favorecimentos e que critérios subjetivos como elogios de juízes ou conceito em comarcas eram condenados pelo CNMP, que defendia a transparência total nos processos de promoção. A atuação do CNMP, com a participação de Janice, levou à anulação de um concurso do MP em São Paulo.

Corregedora Nacional

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS

Nascida em 27 de agosto, na cidade de Goiânia, graduou-se em Direito pelo Centro Universitário de Brasília. Antes de ingressar no Ministério Público, exerceu funções como Procuradora do Distrito Federal, servidora da Justiça do Trabalho e advogada trabalhista, experiências que consolidaram sua visão humanista e sua atuação comprometida com a justiça social. Em agosto de 1990, ingressou no Ministério Público do Trabalho e, em março de 2001, foi promovida ao cargo de Subprocuradora-Geral do Trabalho.

Sua atuação alcançou projeção nacional no Conselho Nacional do Ministério Público, onde exerceu mandato no biênio 2005–2007. Nesse período, foi eleita Corregedora Nacional do Ministério Público, tornando-se a primeira — e até hoje a única — mulher a ocupar o cargo. Foi reconduzida ao Conselho para o biênio 2007–2009. A eleição ocorreu em 8 de julho de 2005, durante a 1ª Sessão Ordinária do recém-criado Conselho Nacional do Ministério Público, em um cenário de estruturação institucional: o órgão ainda não possuía orçamento, regulamento ou equipe administrativa próprios, contando com suporte inicial do Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza.

Relata que seu trabalho foi dedicado a estabelecer as bases estruturantes do Conselho Nacional do Ministério Público. Para isso, buscou diálogo constante com a sociedade civil, com os poderes da República e com as Corregedorias-Gerais dos Ministérios Públicos, contribuindo decisivamente para a elaboração do primeiro Regimento Interno do órgão. Esse marco normativo assegurou o acesso da população aos serviços correicionais, preservou as competências das Corregedorias locais e instituiu instrumentos para conferir celeridade e efetividade às inspeções e aos procedimentos de controle.

Presidiu os primeiros processos disciplinares do Conselho Nacional do Ministério Público e coordenou o diagnóstico nacional das rotinas correicionais, promovendo padronização mínima e compromisso institucional com prazos. Destaca que os primeiros anos do Conselho foram decisivos para o fortalecimento das Corregedorias dos Ministérios Públicos, para a regulamentação do estágio probatório, para a definição de critérios de promoção, para a valorização remuneratória e para o enfrentamento do nepotismo. Para ela, o aprimoramento institucional do Ministério Público é um processo contínuo, construído diariamente com responsabilidade, técnica e dedicação ao interesse público.

Ouvidora Nacional

TAÍS SCHILLING FERRAZ

Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1991, Taís Schilling Ferraz possui trajetória acadêmica marcada pelo rigor intelectual e pelo compromisso com o estudo da justiça. É mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, título obtido em 2015, e doutora em Ciências Criminais pela mesma instituição, com ênfase em violência e segurança pública. Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, preside a 6ª Turma e integra o Conselho da Escola da Magistratura do Tribunal.

Sua atuação acadêmica é igualmente expressiva. É Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, onde também é professora titular e ministra cursos de formação continuada e formação de formadores. No Mestrado da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, lidera o Grupo de Pesquisa dedicado à formação judicial para prevenção de conflitos, gestão de precedentes e atuação dos centros de inteligência. É também especialista em Docência no Ensino Superior e formadora da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, tendo realizado formação de formadores na Escola Nacional de Magistrados da França.

Taís Schilling Ferraz exerceu a função de primeira Ouvidora Nacional do Ministério Público entre 2011 e 2012, logo após a instalação oficial da Ouvidoria Nacional, criada pela Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 64 de 2010. Atuou como conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público de agosto de 2009 a agosto de 2013, período em que o órgão consolidou sua identidade institucional, ampliou sua produção normativa e enfrentou julgamentos de elevada complexidade, especialmente relacionados à atuação funcional de membros do Ministério Público.

Destacou-se como relatora do processo que reconheceu o Ministério Público de Contas como ramo integrante do Ministério Público brasileiro, firmando a identidade de suas funções constitucionais às previstas no artigo 127 da Constituição Federal. Considera que sua atuação no Conselho Nacional do Ministério Público foi decisiva para o fortalecimento institucional do Ministério Público e profundamente enriquecedora, por ampliar sua compreensão sobre o papel da instituição na proteção da democracia, na promoção dos direitos humanos e na realização da justiça social.

1.2. CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS

Presidência

IVANA FARINA NAVARRETE PENA

Ingressou no Ministério Público do Estado de Goiás em 1989, onde exerceu os cargos de Presidenta da Associação Goiana do Ministério Público – AGMP (1994/1996 e 1996/1998) e Procuradora-Geral de Justiça (1999/2001 e 2001/2003), quando foi a primeira mulher a ocupar a 1ª Vice-Presidência da Associação Nacional dos(as) Membros(as) do Ministério Público – CONAMP (1998) e, posteriormente, a Presidência do Conselho Nacional de Procuradores(as)-Gerais de Justiça – CNPG (2000/2001). Foi eleita para o Conselho Superior do MPGO por duas vezes (2010/2011 e 2012/2013); integrou a Comissão de Concurso de Ingresso na Carreira da Instituição nos certames de ns. 39, 40, 41 e 62 e atuou como examinadora nos concursos de ns. 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 42. Atualmente, é titular da 4ª Procuradoria de Justiça e membra eleita do Órgão Especial do Colégio de Procuradores(as) de Justiça (2024/2026), além de ocupar a Presidência da Comissão de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, desde 2022. Foi membra convidada do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (2000/2014) e Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, colegiado que o sucedeu, onde foi eleita Presidenta (2014/2016). É associada benemérita da Associação Brasileira de Mulheres da Carreira Jurídica – ABMCJ (2003), ex-Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e ex-membra auxiliar da Presidência (2017/2019) e da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (2010/2011 e 2013) do Órgão. Foi Conselheira do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2019/2021), quando coordenou o Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do "Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero", no âmbito do Poder Judiciário (Resolução CNJ n. 492/23). Integrou o Comitê de Coordenação do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público (2022/2024) e é titular da 18ª Cadeira da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás – AFLAG (2023).

1.3. CONSELHO NACIONAL DOS CORREGEDORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

Presidência

MARIJA YRNEH RODRIGUES DE MOURA

Nasceu em 11 de janeiro de 1939, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Diplomada em Música – Piano pelo Conservatório Brasileiro de Música em 1957, graduou-se em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ, em 1964.

Ingressou no Ministério Público em 1971, como Defensora Pública do Estado da Guanabara, atuando durante três anos, sobretudo em Varas Criminais, período em que recebeu elogios de diversas autoridades — entre eles o Juiz José Lucas Moreira Alves Brito, pelo "incansável esforço" e por sua "demonstração de invulgar cultura e alto espírito público"; e o Desembargador Darcy Roquette Vaz, pelo modo "eficiente, leal e proficiente" com que serviu à Justiça. Sua atuação técnico-jurídica também foi destacada no II Congresso Nacional do Ministério Público, conforme referência do então Procurador-Geral de Justiça Paulo Chermont de Araújo.

No campo associativo, foi Diretora Administrativa da AMPERJ (1978-1980) e integrou seu Conselho Consultivo (1986-1988). É reconhecida como uma das sócias fundadoras da CAMPERJ, constituída em 1981, entidade voltada à saúde e assistência dos membros do MP e seus familiares.

Promovida a Procuradora de Justiça em 1987, passou a atuar no eixo administrativo-institucional. Entre 1988 e 1991 exerceu o cargo de Subcorregedora de Justiça e, em 1993, foi nomeada Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro — a primeira mulher a ocupar essa função. Representou o MPRJ no I e II Encontro Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público, ambos em 1994, em Corumbá (MS) e Belém (PA), e no mesmo ano foi agraciada com o Colar do Mérito do MPRJ.

Entre 2005 e 2009 exerceu o cargo de Subprocuradora-Geral de Justiça, aposentando-se em 2009. Deixou legado marcado por pioneirismo e atuação institucional de relevo.

1.4. CONSELHO NACIONAL DOS OUVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

Presidência

RUTH LIES SCHOLTE CARVALHO

Ouropretana e sabarense de coração, Ruth Lies Scholte Carvalho graduou-se em Filosofia pela Faculdade Belo Horizonte em 1970 e em Direito pela UFMG em 1971, tendo também se formado em Letras no mesmo ano. Antes de ingressar no Ministério Público, foi professora de Português e Francês nos Colégios Anchieta e São Luiz, em Belo Horizonte, entre 1967 e 1970, e exerceu advocacia de 1971 a 1983. Ingressou no Ministério Público de Minas Gerais em 19/11/1984 (XVIII concurso), atuando como Promotora de Justiça nas comarcas de Espinosa, Mateus Leme, Caeté, Contagem e Belo Horizonte, sendo a primeira mulher promotora titular do Tribunal do Júri da capital mineira. Em 01/10/1993 foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça.

Em sua trajetória institucional, exerceu funções de elevado significado: foi Corregedora-Geral do Ministério Público (22/12/1995 a 13/11/1997), primeira mulher a ocupar esse cargo; integrou o Conselho Nacional de Justiça, em Brasília, entre 2005 e 2007, como primeira representante do MPMG na composição inaugural; foi Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Jurídica (15/09/2008 a 07/02/2009) e Ouvidora-Geral do MPMG (09/10/2012 a 08/10/2016), com duas gestões consecutivas. Na AMMP, ocupou cargos de diretora administrativa (2001 a 2003) e vice-presidente (2003 a 2005). Foi também a primeira mulher presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP).

Coordenou a elaboração do Manual Prático do Promotor de Justiça, adotado em diversos estados. Foi agraciada com condecorações, entre elas a Medalha da Inconfidência. Reconhecida como defensora da política de “voicificação”, concebendo a Ouvidoria como porta de acesso à cidadania e último refúgio na defesa de direitos, tornou-se referência nacional e inspiração para gerações de mulheres. Foi homenageada pelo MPMG e pela AMMP, tendo seu retrato inaugurado na galeria do Memorial do Ministério Público de Minas Gerais. Aposentou-se a pedido em 18/09/2020.

1.5. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidência

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti é Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), com trajetória marcada pelo pioneirismo em posições de alta liderança institucional e associativa. Foi a primeira mulher a presidir a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), sendo reconduzida para o biênio 2016–2018.

Natural de Inhambupe/BA, ingressou no MPBA em 1992, com atuação inicial em comarcas do interior, sendo promovida para Salvador em 1999. Como dirigente institucional, coordenou o Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (Caocrim) e presidiu a Associação do Ministério Público da Bahia (Ampeb) por três mandatos consecutivos.

Exerceu o cargo de Procuradora-Geral de Justiça do MPBA no período 2020–2024, tornando-se a segunda mulher a ocupar a chefia da Instituição. Em âmbito nacional, presidiu o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG) entre 2022 e 2023, período em que reforçou a articulação interfederativa do Ministério Público brasileiro.

Sua atuação é marcada por defesa intransigente da democracia, combate à corrupção e enfrentamento de violações a direitos fundamentais, incluindo racismo e homofobia, temas que destacara em seu discurso de posse como PGJ. Recebeu distinções nacionais e locais, entre elas a Medalha de Honra do CNPG, a Comenda Maria Quitéria e o Título de Cidadã de Salvador.

Atualmente exerce o cargo de Procuradora-Geral Adjunta de Justiça do MPBA, mantendo protagonismo institucional e liderança ativa no Sistema de Justiça.

1. MINISTÉRIOS PÚBLICOS DA REGIÃO NORTE

1.1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

Procuradora-Geral de Justiça

VANDA DENIR MILANI NOGUEIRA

Nasceu em Cedral, São Paulo, em 17 de setembro de 1953. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Acre em 1981 e ingressou, por concurso, no Ministério Público do Estado do Acre em 1985, iniciando sua atuação em Cruzeiro do Sul, na Promotoria de Justiça Criminal. Entre 1985 e 1987, exerceu funções na 1ª Promotoria Cível e, de 1987 a 1989, na Promotoria Criminal de Senador Guiomard. De 1989 a 1991, atuou na 2ª Promotoria Criminal. Foi Subprocuradora-Geral de Justiça entre 1991 e 1993 e promovida a Procuradora de Justiça em 1994.

No biênio 1997–1999, exerceu o cargo de Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre. De 2010 a 2012, coordenou o Centro Operacional de Defesa da Criança e do Adolescente, acumulando, de 2010 a 2014 e de 2016 a 2018, a Coordenação do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor (CAOP). Entre 2018 e 2019, atuou no CAOP das Procuradorias e Promotorias Cíveis.

Em 2018, foi eleita Deputada Federal pelo Estado do Acre, exercendo mandato de 2019 a 2023. No Congresso Nacional, integrou, como membro titular, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Meio Ambiente, participando de debates legislativos estratégicos para o país.

Ao longo da carreira, marcou presença institucional em áreas sensíveis, com atuação destacada na tutela de direitos de crianças e adolescentes, defesa do consumidor e pautas ambientais — consolidando trajetória que atravessa o Ministério Público e o Parlamento.

Corregedora-Geral

KÁTIA REJANE DE ARAÚJO RODRIGUES

Natural de Rio Branco, Acre, graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Acre em 1992 e possui pós-graduações em Programa de Impactos Ambientais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas. Ingressou no Ministério Público do Estado do Acre, por concurso, em 1996, assumindo a Promotoria de Justiça de Xapuri. Em 1997, foi promovida para Rio Branco e designada para a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude. Nessa área, destacou-se nacionalmente e foi escolhida Coordenadora Estadual da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude, bem como Coordenadora do Fórum Nacional de Coordenadores de Infância e Juventude.

Foi promovida a Procuradora de Justiça em 2010, exercendo, no mesmo ano, a Procuradoria-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos e Institucionais. Em 2012 e 2013, ocupou, cumulativamente, os cargos de Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos Jurídicos e Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos e Institucionais.

Exerceu dois mandatos consecutivos como Corregedora-Geral do Ministério Público do Acre (2014–2018) e, na sequência, também por dois mandatos, o cargo de Procuradora-Geral de Justiça (2018–2022), consolidando atuação com destaque em temas estruturantes para o Ministério Público acreano

1.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

Procuradora-Geral de Justiça

RAIMUNDA CLARA BANHA PICANÇO

Nasceu em Macapá, no dia 23 de setembro, de família tradicional do Estado do Amapá, a qual dedicou grande parte de sua vida pessoal, dentre outras atividades que desenvolve com a mesma dedicação e afinco, assim como na vida profissional. Clara Banha, como é conhecida, ganhou notoriedade por ser uma mulher que, concorrendo em condições nada iguais, conseguiu ocupar espaços no serviço público, ainda muito jovem, antes apenas ocupados por homens. Ingressou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) como defensora pública, em 12 de junho de 1981, sendo designada para atuar em Boa Vista, capital do então Território Federal de Roraima, sendo promovida, por merecimento, ao cargo de Promotora de Justiça, em outubro de 1983. Em 1991, com a transformação do Território Federal do Amapá em Estado, optou pela carreira do Ministério Público do Estado do Amapá, sendo a número 01 nos assentamentos funcionais da instituição, logo promovida ao cargo de Procuradora de justiça, função que exerce desde então. Foi a primeira mulher nomeada para o cargo de Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Amapá, para o biênio 1997/1999, o mais alto posto da instituição, concorrendo com quatro homens, e reconduzida para o biênio 1999/2001. Atua no Colégio de Procuradores com o respeito e a admiração de seus pares, além de coordenar o Memorial da instituição, onde contribui para preservar a história e a memória do Ministério Público no Amapá. O enfrentamento ao preconceito a tornou uma mulher forte e destemida, que muitas vezes não deixa transparecer seu lado sensível, revelado a partir do uso das novas tecnologias, com registros de duas de suas paixões, o cultivo de azaleias e a fotografia. Ter nascido no mês que inicia a estação das flores, talvez explique um pouco desse interesse que fica ainda mais evidente porque na data de seu aniversário, dia 23 de setembro, acontece o fenômeno do Equinócio de Primavera.

Corregedora-Geral

ESTELA MARIA PINHEIRO DO NASCIMENTO SÁ

Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá faz história no Ministério Público do Amapá (MPAP) por ser a primeira e única mulher eleita Corregedora-Geral da instituição, com uma trajetória marcada por pioneirismo, competência e comprometimento com a gestão pública. Natural de Belém-PA, Estela Sá é bacharel em Direito, pós-graduada em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pará e mestre em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Amapá. Ingressou no MPAP, em 1991, após aprovação no primeiro concurso público para promotor de justiça. Atuou na 5ª Vara Criminal de Macapá e foi titular da Promotoria dos Direitos Constitucionais, Defesa dos Deficientes e Idosos e integrou a Comissão do concurso público para ingresso na carreira de promotor substituto. Em 2000, foi promovida à Procuradora de Justiça. Foi Diretora-Geral (1997-2001), assessora do Procurador-Geral de Justiça (2001), Subprocuradora Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e Institucionais (2005–2007) e para Assuntos Jurídicos (2011-2016). Compôs o Conselho Superior do MPAP nos biênios: 2001–2003, 2005–2007, 2015–2017, 2021–2023 e 2023–2024. Em âmbito nacional, ocupa pela segunda vez a Secretaria do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU) e é coordenadora administrativa do MPAP junto ao sistema INFOSEG, a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização. Inovou com o projeto “MP Mérito”, para apreciação da meritocracia na movimentação da carreira que, à época, foi muito acessado no Banco Nacional de Projetos do MP brasileiro e concorreu ao Prêmio CNMP. Modernizou a Corregedoria-Geral ao digitalizar todos os procedimentos, inclusive a pasta funcional e as certidões de regularidade dentre outras ações. Eleita pela primeira vez para a Corregedoria-Geral, no biênio 2005–2007, foi reconduzida para 2007–2009, retorna ao cargo, em 2017, para dois mandatos consecutivos (2017 a 2021). Em 2024, reassumiu a função para complementar a gestão do Corregedor-Geral Jair Quintas (2023–2025), após sua aposentadoria, sendo eleita para o cargo até 2027.

Ouvidora-Geral

MARICÉLIA CAMPELO DE ASSUNÇÃO

Ingressou no primeiro concurso público do Ministério Público do Estado do Amapá (MPAP), realizado em 1991, no cargo de Promotora de Justiça, com atuação inicial na 1ª Vara da Comarca de Santana. Atuou na 2ª Vara da Família, Órfãos e Sucessões da Comarca de Macapá e como coordenadora para atuar nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amapá. Foi chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça do MPAP, em 2009, e em 2010, foi nomeada Diretora-Geral da instituição. Ascendeu ao cargo de Procuradora de Justiça, pelo critério de antiguidade, em 2015. Em 2016, foi nomeada secretária do Colégio de Procuradores de Justiça do MPAP, função que continua a desempenhar, atualmente, bem como de conselheira do Conselho Superior do MPAP, eleita por dois mandatos (2017-2019/2023-2025). Em 2022, assumiu o cargo de ouvidora substituta para aprofundar os trabalhos da Ouvidoria da Mulher, onde desempenhou a função na gestão 2022/2024. Eleita em 2024, por aclamação, para o cargo de Ouvidora do MPAP, para gestão 2024/2026. Como Ouvidora, é integrante do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP), onde para a gestão 2024/2025 foi eleita para compor a Diretoria do colegiado no cargo de Secretária. Como destaque de sua atuação frente à Ouvidoria, cita-se o Projeto Ouvidoria Itinerante, que no ano de 2024 e 2025 foi descentralizado da capital e vem alcançando os municípios do interior do estado do Amapá, além de parcerias estratégicas da Ouvidoria da Mulher com os demais órgãos de proteção à mulher vítima de violência e protocolo de atuação integrada com o Centro de Atendimento à Vítima Nós Pertencemos (CAVINP) do Ministério Público do Estado do Amapá.

1.3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Procuradora-Geral de Justiça

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GUEDES MOURA

Bacharel em Direito pela Universidade do Amazonas, com colação de grau em 1º de março de 1986. O curso de Direito foi reconhecido em 11 de setembro de 1923. Possui pós-graduação *lato sensu* em Ciências Jurídicas, Especialização em Direito Civil e Processo Civil (360 horas), concluída em 10 de outubro de 1995, pela Universidade Candido Mendes. Também concluiu um curso de Espanhol Instrumental (85 horas/aula) no Centro de Idiomas Nilton Lins, entre 06 de maio e 20 de novembro de 2002.

Nomeada Promotora de Justiça de 1ª Entrância por Decreto governamental de 10 de dezembro de 1987, publicado no Diário Oficial de 11 de dezembro de 1987, após aprovação em Concurso de Provas e Títulos, com posse no dia seguinte. Promovida por merecimento para o cargo de Promotora de Justiça de 2ª Entrância em 11 de agosto de 1989. Foi nomeada para exercer o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, no biênio 2003/2005.

Iniciou atuando nas Comarcas de Anori, Codajás e Manacapuru (1988). Progrediu com lotações e titularidades nas 65ª e 66ª Promotorias (1989), sendo posteriormente removida para a 39ª (1994). Sua atuação concentrou-se, principalmente, em Varas de Família e Cível, com ampliação de atribuições para Promotorias especializadas em Família e Sucessões.

Paralelamente, participou de várias Comissões Especiais (1990-2002) para concursos e, principalmente, para apurar irregularidades e descumprimento de dever funcional. Teve participação ativa em diversos eventos jurídicos nacionais e internacionais (Roma), com foco em Direito de Família, Sucessões, Processo Civil e Direito Penal. Elogiada pela quantidade de trabalho produzido em dezembro de 1985 e novamente em maio de 1986 pelo Tribunal de Justiça; pela colaboração prestimosa, eficiente, brilhante e zelosa na apuração do pleito eleitoral de 15 de novembro de 1986, do ano de 2000 e de 06 de outubro de 2002, com reconhecimento de seu valor intelectual e moral pela Justiça Eleitoral. Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado do Amazonas, outorgada em 28 de fevereiro de 2003 e Diploma de Mérito pela Valorização da Vida, com a comunicação dirigida à Procuradora-Geral Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.

Corregedora-Geral

AUREA MARCIA BITTENCOURT KARAM

Nascida em 27 de março de 1948, filha de Tamer Karam e Maria Bittencourt Karam, Aurea Marcia Bittencourt Karam trilhou uma carreira marcada por dedicação e constante aprimoramento no Ministério Público do Estado do Amazonas. Nomeada Promotora de Justiça de 1ª Entrância por decreto governamental de 22 de maio de 1978, tomou posse em 12 de junho do mesmo ano e prestou compromisso legal em 15 de março de 1983.

Sua trajetória revela intensa atuação no interior do estado, iniciada ainda em 1978, quando substituiu o titular da 4ª Curadoria Judicial e, pouco depois, assumiu a 2ª Promotoria de Justiça de Benjamin Constant. Ao longo de 1978 e 1979, teve ampliada sua competência funcional para diversas comarcas da região amazônica durante a operação Amazônica, passando também pelo Careiro, onde permaneceu como titular.

A partir da década de 1980, alternou funções entre o interior e a Capital. Atuou em Varas Criminais, Cíveis, de Menores e de Acidentes de Trabalho, além de exercer relevantes comissionamentos. Em 1985, ascendeu à 2ª Entrância por antiguidade, iniciando atuação contínua na Capital, inclusive em plantões e designações especiais. Sua atuação na Curadoria de Defesa do Consumidor rendeu elogios formais em 1989, somando-se ao trabalho na Curadoria de Defesa Social.

Em 1999, pelo Ato 015/1999/PGJ, foi designada Corregedora-Geral do Ministério Público para o biênio 1999/2001, período em que representou a instituição em diversos encontros nacionais de corregedores. Participou ainda do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em 1990 e de congressos internacionais, como o XII Congresso da Associação Internacional de Magistrados de Menores e de Família, no Rio de Janeiro, em 1986.

Removida para a 14ª Procuradoria de Justiça de Recursos em 1998, encerrou sua carreira com a aposentadoria concedida pelo Ato 006/2002/PGJ, a contar de 2 de janeiro de 2002, com proventos integrais acrescidos de gratificação por 31 anuênios.

Sua trajetória permanece como testemunho de compromisso público, rigor técnico e contribuição concreta ao Ministério Público do Amazonas.

Ouvidora-Geral

NOEME TOBIAS DE SOUZA

Nascida em 18 de abril de 1947, foi nomeada Promotora de Justiça da Comarca de Canutama, tomando posse em 15 de março de 1983. Em 1986, foi removida por merecimento para Autazes; em 1987, promovida a Promotora de Justiça de 2ª Entrância; e, em 07 de agosto de 1998, promovida a Procuradora de Justiça da 5ª Procuradoria de Justiça (Câmaras Reunidas). Foi Subprocuradora-Geral de Justiça em 1999 e novamente em 2003.

Desde 1990, participou de comissões disciplinares e, em 1994, integrou a Comissão Especial de Inquérito Civil sobre o Tribunal de Contas do Município e o levantamento documental para a nova sede da PGJ. Atuou em comissões relevantes, como a que apurou denúncias de prisões arbitrárias e "polícia paralela" (1995), além de comissões eleitorais para escolha de listas tríplices de PGJ e Corregedor-Geral (1998, 2002). Em 2000 e 2007, colaborou em anteprojetos de lei para reestruturação de serviços auxiliares e cargos administrativos.

Foi Ouvidora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas no biênio 2009/2011, tomando posse em 18 de dezembro de 2009. Atuou no Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (2001) e em comissões para processos disciplinares, sindicâncias e correições, inclusive nas Promotorias de São Sebastião do Uatumã, Urucará (2013) e Tefé (2014). Participou ainda de grupos de Gestão Documental (2010), Planejamento Estratégico (2009/2010) e da Comissão de Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial (2015 e 2020).

Ao longo da carreira, recebeu diversos elogios formais por cooperação, zelo, lealdade e desempenho institucional, tanto em funções administrativas quanto no Ministério Público e na Justiça Eleitoral.

1.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Procuradora-Geral de Justiça

EDITH MARÍLIA MAIA CRESPO

Nasceu em Belém, no Estado do Pará. Bacharel em Direito formada pela Universidade Federal do Pará, ingressou no Ministério Público no ano de 1961, ao ser nomeada promotora pública, atuando nas cidades de Igarapé-Açu e Castanhal. Em 1983, foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça. Integrou o Conselho Superior do Ministério Público e foi Secretária-Geral da Instituição. Exerceu o cargo de Procurador-Geral de Justiça nos biênios 1988/1990, 1990/1992 e 1993/1995, sendo a primeira mulher a desempenhar essa função no Estado do Pará e uma das primeiras do Brasil. Foi presidente da AMPEP.

Sua proeminente atuação na Justiça e na vida pública foi amplamente reconhecida com inúmeras medalhas, prêmios, honrarias, diplomas e condecorações. Ainda em 1960, recebeu o Prêmio Livraria Martins por obter o primeiro lugar em seu curso de bacharelado. Foi agraciada com a Medalha de Bons Serviços Prestados à Causa Pública (1973) e a Medalha do Cinquentenário de Instalação da OAB/PA (1982). Destacam-se os Diplomas de “Personalidade Destaque” (1988) e “Personalidade Jurídica do Ano” (1989) pela AACEPA. Recebeu a Medalha e Diploma do Mérito Legislativo Newton Miranda e a Medalha do Mérito Coronel Fontoura em 1990. Outras condecorações incluem o Colar da Ordem do Mérito Cabanagem no grau de Mérito Especial (1991), a Medalha do Mérito Tiradentes (1991), o Colar do Mérito Institucional do MP/PA (1992) e, em 1993, a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador. Foi também homenageada com a Comenda do Mérito Judiciário Militar (1994) e a Medalha do Mérito da Mulher Helena Valdes (1999). Recebeu diversos títulos de cidadã, como o Cidadão Brasil Novense, em reconhecimento à sua luta pela instalação da Comarca Judiciária. Edith Marília Maia Crespo foi ainda eleita Vereadora de Belém em 1996.

Corregedora-Geral

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Ingressou no Ministério Público em 2 de dezembro de 1983. É Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Pará, com especializações em Gestão de Promotoria de Justiça (FGV), Direito Agrário e Direito Municipal (UNAMA), além de Direito Sanitário, com foco em Saúde Pública (UNB).

Iniciou sua carreira como Promotora de Justiça em Senador José Porfírio, atuando cumulativamente na 1ª Promotoria de Altamira (1983–1986). Foi promovida à Segunda Entrância, passando por Santarém e, posteriormente, pelas comarcas de São Miguel do Guamá, Mãe do Rio, Cametá e Ananindeua. Em 1990, ascendeu à Terceira Entrância, com lotação na Promotoria de Acidentes do Trabalho, período em que também ficou adida ao Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para atuar em processos envolvendo prefeitos e ex-prefeitos. Em 1995, foi promovida, por merecimento, ao cargo de Procuradora de Justiça.

Fez história no Ministério Público do Pará ao tornar-se a única mulher a exercer o cargo de Corregedora-Geral, função que desempenhou por dois biênios consecutivos (2007/2008 e 2009/2010), integrando igualmente o Conselho Nacional de Corregedores-Gerais. Exerceu ainda funções de alta gestão, como Chefe de Gabinete e Secretária-Geral do Ministério Público — atualmente denominada Subprocuradoria-Geral de Justiça Técnico-Administrativa — cargo que ocupa desde 2021, após atuação como 2ª Subcorregedora-Geral. Foi eleita quatro vezes para o Conselho Superior do MPPA, sendo duas delas como a mais votada, e integrou duas listas tríplices para o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

Coordenou o Centro de Apoio Operacional da Cidadania, supervisionou o programa *O Ministério Público e a Comunidade* e liderou o Grupo de Trabalho em Defesa da Saúde e da Educação. Atuou na formação de Conselheiros Municipais de Saúde e representou o MPPA em instâncias nacionais, como a COPEDS do Grupo Nacional de Direitos Humanos, além de integrar o Comitê Estadual de Saúde (TJE/PA).

Sua trajetória foi reconhecida por diversas honrarias, entre elas: Serzedello Correa (TCE/PA), Troféu Mulher Padrão do Pará (2007), Troféu Muiraquitã (2012), Medalha do Mérito Tiradentes (2021), Medalha 131 anos do MPPA (2022), Medalha do Comando Aéreo Norte (2023), Prêmio Mulher Empoderada MPPA (2023), Ordem do Mérito Policial Militar Coronel Fontoura – Grau Cavaleiro (2024) e Ordem do Mérito Judiciário – Grau Comendador (TJE/PA, 2024).

Ouvidora-Geral

SILVIA REGINA MESSIAS KLAUTAU

Ingressou no Ministério Público do Estado do Pará em 1994, atuando desde então como Promotora de Justiça. Atualmente, exerce suas funções na 4ª Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial e Tutela Coletiva da Segurança Pública de Belém. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Pará em 1991 e, ao longo de sua trajetória, buscou contínua qualificação acadêmica, concluindo a Especialização em Ciências Criminais pela Universidade da Amazônia em 2015 e o Mestrado em Segurança Pública pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará em 2017. Segue ampliando sua formação, cursando o Doutorado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA).

No âmbito institucional, exerceu o cargo de Ouvidora-Geral do Ministério Público do Estado do Pará no biênio 2008–2010 e, interinamente, nos anos de 2021 e 2023. Entre 2009 e 2010, integrou a direção do Conselho Nacional dos Ouvidores dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, na condição de Vice-Presidente. Desde 2020, representa o Ministério Público paraense no Instituto Latino-americano del Ombudsman – Defensorías del Pueblo.

Em 2024, teve sua atuação reconhecida pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP/CNMP), sendo agraciada no “Banco de Boas Práticas” pela coordenação do Anuário da Atividade Policial em Belém, iniciativa destacada como experiência institucional relevante.

1.5. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Procuradora-Geral de Justiça e Corregedora-Geral

ZELITE ANDRADE CARNEIRO

Reconhecida em Rondônia por sua trajetória singular, Zelite Andrade Carneiro construiu uma carreira multifacetada nos três pilares do sistema de Justiça: o Ministério Público, o Judiciário e a advocacia. Pioneira, foi mandatária no Ministério Público de Rondônia (MPRO), no Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) e alcançou projeção nacional ao tornar-se a primeira mulher a presidir uma Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, dirigindo a OAB em Roraima.

Chegou a Rondônia em 1981 como promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), atuando em Ji-Paraná. Com a criação do Ministério Público de Rondônia, em 1982, integrou o quadro fundador da instituição, conforme a Lei Complementar nº 41/81, que incorporou membros atuantes em áreas em processo de estadualização.

Sua atuação inicial foi marcada por firmeza diante de resistências de gênero. No livro A História do Ministério Público de Rondônia (2005), relatou episódio em que, recém-chegada a Ji-Paraná, percebeu que os processos não lhe eram encaminhados, permanecendo com o promotor ad hoc. Ao comunicar o fato aos superiores, buscou restabelecer o exercício pleno de suas atribuições.

A partir de 1982, no MPRO, assumiu desafios estruturantes: a organização da instituição nascente, a realização do primeiro concurso para Promotor de Justiça e a articulação, junto à Assembleia Legislativa, do capítulo destinado ao Ministério Público na primeira Constituição Estadual — texto de vanguarda que inspiraria, em grande medida, a Constituição Federal de 1988.

Zelite Carneiro foi a segunda Corregedora-Geral de Justiça do MPRO (1983–1985) e, posteriormente, a segunda Procuradora-Geral de Justiça do estado (1993–1995). No comando da instituição, criou a Fundação Escola Superior do Ministério Público, fortaleceu a estrutura orgânica do MPRO e consolidou sua atuação constitucional.

Nomeada desembargadora do TJRO em 1997, pelo quinto constitucional, tornou-se a primeira mulher a presidir a Corte (2008–2009) e, em 2010, a primeira mulher a dirigir o TRE-RO. Aposentou-se em 2013.

Atualmente, integra a Academia de Letras de Rondônia e preside a Comissão Estadual da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (triênio 2023–2026).

Ouvidora-Geral

ANDRÉA LUCIANA DAMACENA FERREIRA ENGEL

Referência no enfrentamento à violência de gênero, a Procuradora de Justiça Andréa Luciana Damacena Ferreira Engel tornou-se a primeira mulher a assumir o cargo de Ouvidora-Geral do Ministério Público de Rondônia (MPRO). Eleita em 2021, conduziu uma ampla reestruturação do órgão, fortalecendo seus canais de diálogo com a sociedade e consolidando a Ouvidoria como espaço de acolhimento e participação social. Em 2022, liderou a implantação da Ouvidoria das Mulheres (Resolução nº 3/2022-CPJ), serviço voltado à escuta ativa e especializada de situações de violência e demais violações de direitos com base em gênero.

Com atuação técnica e sensível, Andréa Damacena desenhou a configuração da Ouvidoria das Mulheres, garantindo atendimento seguro, humanizado e com encaminhamento célere às Promotorias de Justiça competentes e demais redes de proteção. Defensora da promoção de direitos humanos, tornou-se voz ativa em temas como equidade, inclusão, violência doméstica, direitos das famílias e aplicação do protocolo de julgamento com perspectiva de gênero — instrumento cuja implementação prática vem sendo fortalecida por sua atuação.

Sua gestão se destaca pelo projeto “Retrato Ouvidoria MPRO 2022 – Diagnóstico e Soluções”, que mapeou pontos críticos do órgão e orientou melhorias estruturais, como a reformulação do Formulário Eletrônico de denúncias. Na Ouvidoria das Mulheres, promoveu campanhas como “Agosto Lilás” e “21 Dias de Ativismo”, em articulação com a Comissão de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, ampliando a sensibilização e o acesso à informação.

Criou também formulário exclusivo para denúncias de violência contra mulheres e idealizou o projeto Ouvidoria Presente, levando atendimento a localidades distantes, como Mutum-Paraná, Jaci-Paraná, Triunfo, Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste. Em 2025, avançou em novas frentes com o projeto “Ouvidoria de Mãos Dadas com a Epilepsia e TEA”.

Integrante do MPRO desde 1995, atuou nas áreas criminal, Tribunal do Júri, Justiça Militar, direitos difusos e coletivos — com ênfase em infância, juventude e meio ambiente — até dedicar-se às questões de gênero a partir de 2022. Promovida a Procuradora de Justiça em dezembro de 2024, possui formação pela Universidade Estadual de Londrina (1993), especialização em Direito Público (2002) e em Direito das Mulheres (2023). Ocupa o cargo de Ouvidora até dezembro de 2025.

“Ouvir é uma escolha em um mundo cada vez mais barulhento. Meu desejo é que as Ouvidorias sejam mais que escuta: sejam mãos que acolhem, orientam e aproximam o cidadão e a cidadã da Justiça que precisam e merecem”, afirma.

1.6. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

Procuradora-Geral de Justiça e Corregedora-Geral

CLEONICE ANDRIGO VIEIRA

Natural da capital paulista, é Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ingressou no Ministério Público do Estado de Roraima em 1993, por meio do primeiro concurso público para ingresso na carreira. Iniciou sua trajetória institucional como Promotora de Justiça Substituta, atuando nas comarcas de Caracaraí e Boa Vista. Após as promoções de 1ª e 2ª Entrância, em 1994, assumiu atribuições nas 1ª e 3ª Varas Cíveis. Em 1995, foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça pelo critério de merecimento.

Em 1997, exerceu o cargo de Corregedora-Geral e, ao longo de 18 anos, integrou o Conselho Superior do Ministério Público de Roraima. Em 2009, foi eleita por seus pares para o cargo de Procuradora-Geral de Justiça, tornando-se a primeira mulher a assumir essa função no Estado. Atuou ainda como Subprocuradora-Geral para Assuntos Administrativos nos biênios 2015/2017, 2021/2023 e 2023/2025, e desempenhou novamente a função de Corregedora-Geral por dois biênios consecutivos, entre 2017 e 2021.

Atualmente, exerce o cargo de Ouvidora-Geral do Ministério Público do Estado de Roraima.

Ouvidora-Geral

REJANE GOMES DE AZEVEDO MOURA

Ingressou na carreira em 1995, iniciando sua atuação como Promotora de Justiça Substituta no interior do Estado de Roraima, nas comarcas de São Luiz do Anauá e Caracaraí. Ao retornar à capital, desempenhou funções em diversas áreas, passando pelas Promotorias de Justiça da Infância e Juventude; Criminal de Repressão a Entorpecentes e de Execução Penal; Registros Públicos; e Consumidor e Cidadania.

Em 2001, foi convocada para atuar junto ao Tribunal de Contas do Estado, sendo posteriormente promovida, por antiguidade, ao cargo de Procuradora de Justiça. Desde 2007, é titular da 4ª Procuradoria de Justiça Criminal. Exerceu o cargo de Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado de Roraima por dois mandatos, entre 2009 e 2011. Foi Ouvidora-Geral da Instituição de 2014 a 2016 e novamente nos biênios 2021/2023 e 2023/2025.

Rejane Gomes Azevedo também atuou como Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Administrativos. Atualmente, responde pela 3ª Procuradoria de Justiça Criminal.

1.7. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Procuradora-Geral de Justiça e Corregedora-Geral

MARILENA MENDES DE OLIVEIRA

Nascida em Formosa do Rio Preto, no Estado da Bahia, construiu trajetória marcante no Ministério Público brasileiro. Iniciou sua carreira como Promotora de Justiça no Ministério Público do Estado de Goiás e, com a criação do Estado do Tocantins, optou por integrar o Ministério Público da nova unidade federativa, tornando-se uma de suas figuras mais representativas.

Exerceu o cargo de Procuradora-Geral de Justiça em dois períodos: de 20 de novembro de 1989 a 10 de fevereiro de 1994 e, posteriormente, de 31 de janeiro de 1995 a 12 de dezembro de 1996. Encerrando sua carreira como Procuradora de Justiça, deixou legado profundamente ligado à formação e consolidação institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Durante sua primeira gestão como Procuradora-Geral de Justiça, conduziu a transferência definitiva do Ministério Público do Estado do Tocantins para a nova capital, Palmas, em 1º de janeiro de 1989, marco histórico na estruturação do Estado recém-criado. No exercício da função, deu posse aos aprovados no primeiro concurso para Promotor de Justiça, realizado em 30 de janeiro de 1990, ampliando o quadro ministerial com profissionais qualificados. Também lançou o segundo e o terceiro concursos para Promotor de Justiça, além do primeiro concurso destinado a servidores, medidas essenciais para consolidar a autonomia administrativa e fortalecer a atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins em todo o território estadual.

Antes de assumir o cargo máximo da instituição, exerceu, entre 15 de março e 15 de novembro de 1989, a função de Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins, tornando-se a primeira mulher a ocupar este posto. Sua atuação contribuiu para a criação das bases disciplinares, administrativas e funcionais do Ministério Público do Estado do Tocantins, reforçando a importância da fiscalização interna e da orientação institucional em momento crucial de estruturação.

Sua trajetória reflete pioneirismo, liderança e compromisso com o fortalecimento do Ministério Público, sendo lembrada como uma das principais responsáveis pela organização e consolidação da instituição no Estado do Tocantins.

Ouvidora-Geral

ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA

Nascida na cidade de São Paulo, em 10 de abril de 1961, construiu trajetória sólida e pioneira no Ministério Público do Estado do Tocantins. Ingressou na instituição em 1990, por meio do primeiro concurso para membros realizado após a criação do Estado. Desde o início de sua carreira, destacou-se pela dedicação à defesa da ordem jurídica e pela sensibilidade no trato das demandas sociais, atuando como Promotora de Justiça titular nas comarcas de Taguatinga, Miracema, Gurupi e Palmas.

Em 1997, foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça pelo critério de antiguidade, reconhecimento natural de sua atuação firme, técnica e comprometida com os princípios do Ministério Público. Sua ascensão aos cargos superiores da instituição consolidou sua posição como uma das vozes femininas mais expressivas do Ministério Público do Estado do Tocantins em sua fase de desenvolvimento e afirmação institucional.

Em setembro de 2012, foi eleita por aclamação para exercer a função de Ouvidora do Ministério Público do Estado do Tocantins, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo. Sua breve e marcante gestão, estendeu-se até dezembro daquele ano, quando se desligou da Ouvidoria para assumir o comando da Corregedoria-Geral, outro posto de alta responsabilidade e importância administrativa. Na Ouvidoria, dedicou-se a fortalecer o diálogo com a sociedade, promover a escuta ativa e ampliar a credibilidade do órgão como canal legítimo de participação cidadã.

Além da atuação na Ouvidoria e na Corregedoria-Geral, desempenhou outras funções de destaque no Ministério Público do Estado do Tocantins. Foi membro do Conselho Superior do Ministério Público, colaborando para decisões estratégicas sobre carreira e atuação institucional, e coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal, contribuindo significativamente para o aprimoramento da atuação ministerial na área penal.

Sua trajetória evidencia pioneirismo, competência e comprometimento com a construção do Ministério Público do Estado do Tocantins, deixando legado de liderança e fortalecimento institucional.

2. MINISTÉRIOS PÚBLICOS DA REGIÃO NORDESTE

2.1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Procuradora-Geral de Justiça

MARIA MARTA KARAOGLAN MARTINS

Nasceu em 7 de maio de 1957, no distrito de Novo Mundo, filha de Elvira Karaoglan Martins e José Alves Martins. Casou-se em 1974 com José Raymundo Santos Abreu, com quem teve dois filhos, passando a adotar o nome pelo qual ficou conhecida. Formou-se em Direito em 1981, pela Universidade Católica do Salvador, na capital baiana. No mesmo ano, ingressou no Ministério Público do Estado da Bahia como Promotora de Justiça, classificada em 5° lugar, iniciando sua carreira na comarca de Ituaçu.

Em 1983, foi designada para atuar nas comarcas de Mairi, Monte Alegre da Bahia, Castro Alves e Riachão do Jacuípe, assumindo ainda, como Promotora Substituta, as comarcas de Barra da Estiva e Mundo Novo. Em 1984, retornou a Ituaçu e, posteriormente, foi removida, a pedido, para a comarca de Entre Rios, de primeira entrância, onde foi promovida por merecimento para a segunda entrância. Em 1986, ascendeu à comarca de Camaçari, de terceira entrância, novamente pelo critério de merecimento.

Em 1991, alcançou a entrância especial ao ser promovida para a 25ª Promotoria de Substituição da comarca de Salvador. Dois anos depois, foi removida para a 5ª Promotoria de Assistência Judiciária. Em 1994, assumiu a coordenação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Meio Ambiente, área na qual desempenhou importante papel institucional. Em 1996, foi promovida por merecimento ao cargo de Procuradora de Justiça.

Em 1997, exerceu a função de Procuradora-Geral de Justiça Adjunta e tornou-se a única mulher a chefiar interinamente o Ministério Público do Estado da Bahia, após o falecimento do Procurador-Geral de Justiça Walter Rodrigues da Silva. Em 2002, passou a atuar cumulativamente na Procuradoria de Recursos Especiais. Em 2005, foi nomeada Coordenadora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e, em 2006, assumiu a coordenação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania.

Em 2009, foi exonerada a pedido do cargo de Procuradora de Justiça, em razão de sua nomeação para o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, pelo quinto constitucional. Atuou na Primeira Câmara Criminal e depois na Primeira Câmara Cível. Em 2010, recebeu a Medalha do Mérito Judiciário. Aposentou-se voluntariamente em 2014, encerrando uma trajetória marcada por pioneirismo e profundo compromisso com o serviço público.

Corregedora-Geral

CÉLIA MARIA DE LIMA DANTAS

CÉLIA MARIA DE LIMA DANTAS
BIÊNIO 1987-1990

Nascida em Salvador, em 14 de janeiro de 1929, filha de Maria Clemência de Lima Dantas e José Desouza Dantas, formou-se em Direito em 1957, especializando-se posteriormente em Direito e Assistência Social de Menores. Em 1959, foi nomeada Promotora Pública, classificada em 14º lugar no concurso, iniciando sua carreira na comarca de Jacaraci, de primeira entrância. Em 1960, assumiu interinamente a comarca de Queimadas, também de primeira entrância, por designação do Procurador-Geral de Justiça.

Em 1963, ficou durante um ano à disposição da Secretaria do Interior e Justiça, por designação do Governador do Estado, passando, em 16 de setembro de 1964, a exercer funções no Serviço de Administração. Em 1965, passou a atuar junto à Curadoria de Menores. No ano seguinte, a pedido, foi removida para a Promotoria de São Sebastião do Passé, de primeira entrância; durante as férias forenses daquele ano, exerceu funções na comarca da capital, de igual entrância.

Em 1972, atuou como Promotora de Justiça em São Sebastião do Passé, agora de segunda entrância. Por antiguidade, foi promovida em 1975 para Itabuna, de terceira entrância, assumindo, no mesmo ano, a comarca de Maragogipe, como titular efetiva. Ainda em 1975, foi designada para assumir a comarca de Candeias, também de terceira entrância. Em 1976, assumiu o exercício das atividades na comarca de Itaparica. Por merecimento, foi promovida, em 1978, ao cargo de Curadora-Geral da 6ª Vara de Assistência Judiciária da comarca de Salvador, de entrância especial.

Em 1981, passou a exercer as funções de Curadora na 4ª Vara de Família, Sucessões, Órfãos, Interditos e Ausentes, sendo, no mesmo ano, designada para acumular o exercício na 5ª Vara de Família e Sucessões. Em 1986, pelo critério de antiguidade, foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça, atuando no Tribunal da 3ª Câmara Cível. Entre 1987 e 1990, exerceu o cargo de Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia. Posteriormente, integrou a Comissão Examinadora do Concurso de Ingresso ao Ministério Público no período de 1994/1995. Aposentou-se em 1995, coroando longa e exemplar trajetória de serviço público.

Ouvidora-Geral

MARÍLIA DE CAMPOS SOUZA

Filha de Walter Edson Leite e Eunice Campos de Souza, nasceu em 23 de janeiro de 1954, em Salvador, Estado da Bahia. Graduou-se em Direito pela Universidade Católica do Salvador em 1978 e, dois anos depois, em 1980, ingressou no Ministério Público do Estado da Bahia, iniciando sua carreira na comarca de Brejões. Ao longo dos anos seguintes, atuou com dedicação nas promotorias de Santa Bárbara, Remanso, Barra, Ipirá e Santo Antônio de Jesus, consolidando sólida experiência na defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais.

Em 1987, foi promovida para a capital, passando a exercer suas funções na 25ª Promotoria de Assistência, onde desempenhou papel relevante no atendimento à população. Em 1998, assumiu o cargo de Assessora Especial e, entre 2000 e 2002, coordenou a Assessoria Especial, contribuindo para o aprimoramento das estratégias institucionais. Já nos anos de 2019 e 2020, exerceu a Coordenação das Procuradorias de Justiça Cíveis, reforçando sua atuação na esfera administrativa superior.

Teve a honra de ser a primeira mulher a ocupar o cargo de Ouvidora do Ministério Público do Estado da Bahia, exercendo a função entre 2012 e 2016. Em 2024, retornou interinamente ao posto por um período de três meses, reafirmando seu compromisso com a escuta qualificada e a aproximação da instituição com a sociedade. Durante sua gestão, integrou a Diretoria do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público: foi Secretária Ad Hoc na gestão 2014–2015 e, posteriormente, eleita Secretária para a gestão 2015–2016 pelo próprio Colegiado.

O exercício da Ouvidoria representa, em sua trajetória, motivo de especial orgulho, por lhe ter proporcionado novas competências e ampliado seu desejo de contribuir cada vez mais para o serviço público. Atualmente, é membro nato do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, mantendo atuação marcada pelo compromisso institucional e pelo constante aprimoramento da missão ministerial.

2.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

Procuradora-Geral de Justiça

GEÓRGIA GOMES DE AGUIAR (*in memoriam*)

Natural de Tauá, Geórgia Gomes de Aguiar nasceu em 6 de abril de 1926, filha de Domingas Gomes de Freitas Aguiar e Ednilson Silveira de Aguiar. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará em 1960.

Antes de ingressar no Ministério Público, atuou como professora do ensino primário na Escola Juvenal Galeno, em Fortaleza, onde permaneceu por dez anos, entre 1954 e 1964. Nesse período, foi aprovada em concurso para Promotora Adjunta da Comarca de Senador Pompeu, iniciando, assim, sua trajetória na instituição.

Em 1966, foi nomeada Promotora de Justiça da Comarca de Aquiraz, onde permaneceu até 1974, quando foi promovida para exercer as mesmas funções na Comarca de Canindé.

Durante o governo do governador Virgílio Távora (1979–1982), Geórgia Gomes de Aguiar foi nomeada Procuradora-Geral de Justiça, cargo que exerceu de 1979 a 1982. Em sua gestão, instituiu-se a comissão responsável por redigir e aprovar o novo código do Ministério Público do Ceará, necessário diante da reorganização dos Ministérios Públicos Estaduais promovida pela Lei Complementar nº 40 e das transformações políticas então em curso no país.

Geórgia Gomes de Aguiar marcou a história ao se tornar a primeira mulher a ocupar o cargo máximo do Ministério Público do Ceará. Em âmbito nacional, o MPCE destacou-se como pioneiro ao ter uma mulher à frente da instituição.

Aposentou-se em 1982, logo após concluir seu mandato como Procuradora-Geral de Justiça. Faleceu alguns anos depois, em 8 de janeiro de 1989.

Corregedora-Geral

MARIA LUIZA FONTENELE DE PAULA RODRIGUES

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará, ingressou no Ministério Público do Estado do Ceará em 1964, iniciando sua carreira na comarca de Pacoti, onde exerceu a função de Adjunta de Promotor. Com uma trajetória marcada pela dedicação ao serviço público, atuou em diversas comarcas do Estado — Coreaú, Pacajus, Uruburetama, Redenção e Tauá — até chegar a Fortaleza, onde desempenhou suas atribuições nas Varas de Família e Sucessões, Cível e Fazenda Pública.

Em 1990, foi nomeada Coordenadora-Geral do Serviço Especial de Defesa Comunitária (DECOM), órgão voltado à proteção dos direitos coletivos e que, anos mais tarde, em 2002, transformou-se no DECON, com atribuições específicas para a defesa dos direitos dos consumidores. No mesmo período, foi promovida, por merecimento, ao cargo de Procuradora de Justiça, reconhecimento pela firmeza e pelo compromisso que marcaram sua atuação.

Sua destacada trajetória institucional a levou a um marco histórico: em 1993, tornou-se a primeira mulher a assumir o cargo de Corregedora-Geral do MPCE, posição de grande relevância na estrutura organizacional do Ministério Público. Reconduzida para o biênio seguinte, entre 1995 e 1996, consolidou uma gestão pautada pelo zelo disciplinar e pela valorização das práticas funcionais, fortalecendo a Corregedoria como instância essencial de acompanhamento e orientação da carreira.

Com uma vida dedicada ao Ministério Público, Maria Luiza Fontenele de Paula Rodrigues inscreveu seu nome na história da instituição, deixando como legado a firmeza de sua atuação, a inovação de sua gestão e o pioneirismo de ter sido a primeira mulher a ocupar a Corregedoria-Geral.

Ouvidora-Geral

RITA MARIA DE VASCONCELOS MARTINS

Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Ceará, em 1964, Rita Maria de Vasconcelos Martins iniciou sua trajetória no Ministério Público logo após a conclusão do curso, sendo nomeada Adjunta de Promotor, função que exerceu até 1969. Nesse período, atuou nas comarcas de Caucaia, Pacajus, Beberibe, Boa Viagem e Cascavel, consolidando sua vocação para o serviço público.

Em 1973, após aprovação em concurso, foi nomeada Promotora de Justiça de Primeira Entrância na comarca de Pacajús, assumindo definitivamente a carreira ministerial. Sua atuação tornou-se referência, especialmente na área de família, sempre marcada pela defesa dos vulneráveis e pela aproximação com as comunidades das comarcas por onde passou.

Promovida ao cargo de Procuradora de Justiça, desempenhou papel de destaque no fortalecimento do Ministério Público na atuação jurisdicional cível em segundo grau. Entre 2008 e 2010, exerceu a Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Ceará, gestão na qual implementou iniciativas que se tornaram marcos institucionais. Entre elas, destaca-se a ação “Dialogando Permanentemente com a Sociedade”, iniciada na Região do Cariri, concebida para aproximar a instituição da população por meio de diálogo aberto e contínuo. Outro projeto expressivo foi o evento “Sua Voz Faz a Diferença – Fale Conosco”, que ampliou a articulação com os Núcleos de Mediação Comunitária da Grande Messejana, Jurema, Parangaba, Pacatuba e Pirambu, fortalecendo a escuta ativa e a mediação como instrumentos de cidadania e de aproximação com o Ministério Público.

Aposentou-se em 2013, deixando como legado uma trajetória marcada pela pioneira participação feminina no fortalecimento dos canais de diálogo entre o Ministério Público e a coletividade.

2.3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Procuradora-Geral de Justiça

NÉA BELLO DE SÁ (*In memoriam*)

Nascida em 10 de maio de 1937, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, formou-se em Direito pela tradicional Faculdade de Direito de São Luís, em 1959. Ingressou no Ministério Público do Estado do Maranhão em 28 de setembro de 1964, quando foi nomeada para o cargo de Promotora de Justiça, iniciando carreira marcada pelo compromisso com a justiça, pela dedicação ao serviço público e pelo pioneirismo feminino em uma época em que a presença de mulheres na instituição ainda era rara.

Como Promotora de Justiça titular, atuou na comarca de Vitória do Mearim, exercendo suas atribuições com firmeza, zelo e profundo senso de responsabilidade social. Ao longo dos anos, conquistou respeito institucional e distinção funcional, tornando-se uma das referências do Ministério Público maranhense. Aposentou-se em 14 de maio de 2007, após mais de quatro décadas de atuação ininterrupta e exemplar.

Sua trajetória se destaca especialmente pelos períodos em que exerceu a função de Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão. Entre 1979 e 1987, assumiu o cargo interinamente em diversas ocasiões, por imposição legal, por ser a Decana do Colégio de Procuradores de Justiça. Nesses momentos, atuou com prudência e firmeza, assegurando a continuidade administrativa da instituição e demonstrando elevado preparo técnico e institucional, o que reforçou sua relevância histórica no Ministério Público maranhense. Foi, assim, a primeira mulher a ocupar interinamente o mais alto posto da instituição, abrindo caminhos para futuras gerações.

Faleceu em 27 de abril de 2025, deixando legado de competência, integridade e pioneirismo. Sua vida profissional permanece como referência para a história do Ministério Público do Estado do Maranhão e como exemplo de dedicação ao serviço público e ao fortalecimento das instituições democráticas.

Corregedora-Geral

ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA

Nascida em 3 de agosto de 1929, natural de São João Batista, Estado do Maranhão, graduou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Luís, em 30 de março de 1954. Ingressou no Ministério Público do Estado do Maranhão em 2 de agosto de 1955, quando foi nomeada para o cargo de Promotora de Justiça, função que exerceu como titular nas comarcas de Chapadinha, Imperatriz, Grajaú e Bacabal, consolidando atuação marcada pela firmeza, competência e expressivo compromisso institucional.

Em 26 de novembro de 1973, foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça, alcançando posição de destaque na estrutura ministerial. A partir de então, passou a desempenhar papel fundamental no desenvolvimento e modernização do Ministério Público do Estado do Maranhão, especialmente em momentos cruciais de transformação institucional.

Foi a primeira Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, exercendo a função no período de 1984 a 1985. Com a promulgação da Constituição Estadual de 1989, tornou-se também a primeira Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão nomeada livremente pelo Governador do Estado, em 4 de outubro de 1989, sendo o primeiro membro de carreira a assumir a chefia da instituição após a obrigatoriedade constitucional. Em 22 de maio de 1990, novamente fez história ao ser a primeira Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão nomeada dentre lista tríplice, nos termos da Constituição Federal — e a primeira mulher do país a assumir essa posição nessa modalidade. Exerceu o mandato de 1990 a 1992, sendo reconduzida para o biênio 1992–1994.

Sua trajetória inclui, ainda, relevante participação no Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão: nomeada em julho de 1989, tornou-se membro nato entre outubro de 1989 e maio de 1994, sendo posteriormente eleita para mandatos subsequentes. Também exerceu a Direção da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão entre 1995 e 1997, contribuindo para a formação e aprimoramento de membros da instituição.

Aposentou-se em 10 de novembro de 1997, deixando legado pioneiro, inspirador e profundamente enraizado na história do Ministério Público brasileiro.

Ouvidora-Geral

IRACY MARTINS FIGUEIREDO AGUIAR

Nascida em 3 de fevereiro de 1952, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, concluindo o curso em 18 de janeiro de 1978. Ingressou no Ministério Público do Estado do Maranhão em 24 de agosto de 1981, quando foi nomeada para o cargo de Promotora Pública, iniciando carreira marcada pela responsabilidade institucional, pela defesa da justiça e pela dedicação ao serviço público.

Ao longo de sua trajetória, atuou em diversas comarcas do Estado, exercendo suas funções nas cidades de Paraibano, São João Batista, Rosário, Imperatriz, Bacabal e, posteriormente, em São Luís. Essa experiência plural lhe proporcionou profundo conhecimento das dinâmicas sociais e jurídicas do Maranhão, consolidando sua atuação como promotora reconhecida pela firmeza técnica e pelo compromisso com a proteção dos direitos fundamentais.

Em 20 de setembro de 1993, foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça, galgando posição de destaque na estrutura do Ministério Público do Estado do Maranhão. Como Procuradora, continuou a desempenhar funções com elevado zelo, contribuindo para o fortalecimento da atuação institucional.

Em sua trajetória, destaca-se, ainda, o exercício da função de primeira Ouvidora-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, no biênio 2009–2011. À frente da Ouvidoria, inaugurou a estruturação do órgão e consolidou-o como espaço de diálogo, escuta qualificada e aproximação entre o Ministério Público e a sociedade maranhense. Seu trabalho pioneiro abriu caminho para a institucionalização definitiva da Ouvidoria no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, fortalecendo mecanismos de transparência, atendimento ao cidadão e participação social.

Sua atuação permanece como referência pela seriedade, competência e contribuição para o aprimoramento do Ministério Público maranhense.

2.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

Procuradora-Geral e Corregedora-Geral

MARIA DO SOCORRO DINIZ (*In memoriam*)

Nascida em 02 de julho de 1936, natural de Princesa Isabel/PB, filha de Severiano dos Santos Diniz e Joselita Lopes Diniz, é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Iniciou sua trajetória no Ministério Público com atuação como Promotora Interina nas Comarcas de Bayeux/PB (1967/1972) e Santa Rita (1968). Exerceu, posteriormente, funções como Promotora de Justiça nas Comarcas de Cabaceiras/PB (1972), Rio Tinto/PB (1972/1975), Mamanguape (1973/1974), Santa Rita (1981), Itaporanga/PB (1981), Monteiro/PB (1981), Campina Grande/PB (1985) e João Pessoa (1988). Atuou como Corregedora Auxiliar do Ministério Público da Paraíba em 1991 e presidiu a Comissão do Concurso Público para Promotor de Justiça no mesmo ano. Foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça em 1992.

Ao longo de sua carreira, assumiu funções pioneiras e de grande relevância institucional: tornou-se a primeira Procuradora-Geral de Justiça Substituta, em 1993, e a primeira Corregedora-Geral do Ministério Público da Paraíba nos períodos de 1997/1998 e 1999/2000. Integrou, ainda, a Secretaria do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos Estados e da União e foi membro da Comissão do Concurso Público para Promotor de Justiça em 1998.

Recebeu o Título de Cidadã Riotinense, outorgado pela Câmara Municipal em 1975, exerceu a função de Assessora Especial da Secretaria da Segurança Pública em 1983 e concedeu entrevista ao Memorial do Ministério Público em 29 de julho de 2003. Sua trajetória reflete dedicação institucional contínua e atuação qualificada em diversos espaços de liderança do Ministério Público.

Ouvidora-Geral

OTANILZA NUNES DE LUCENA (*In memoriam*)

Nascida em 21 de agosto de 1943, natural de João Pessoa/PB, filha de Othon Nunes da Silva e Adalgisa Pontes Nunes, ingressou no Ministério Público da Paraíba como Promotora de Justiça, nomeada em 08 de junho de 1977. Exerceu suas atribuições em diversas Promotorias de Justiça do Estado, atuando em Solânea (1977), Bananeiras (1981), Itabaiana (1981), Campina Grande (1982), Cruz do Espírito Santo (1988), Bonito de Santa Fé (1981), Pirpirituba (1982-1986), Bayeux (1986-1991) e na 3ª Promotoria Cível da Capital. Em 1992, representou o Ministério Público da Paraíba junto às Subcomissões de Concurso Público para provimento de cargos das Serventias Estataizadas, na unidade Judiciária de João Pessoa. Em 1995, assumiu a coordenação da Promotoria de Justiça Cível da Comarca da Capital. Foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça em 2006.

Sua atuação institucional registrou marcos pioneiros: entre 2008 e 2010, exerceu a função de primeira Ouvidora-Geral do Ministério Público da Paraíba, logo após a consolidação da instalação do órgão na estrutura ministerial. Em reconhecimento à sua trajetória e contribuição ao Ministério Público paraibano, recebeu homenagem póstuma com a Medalha José Américo de Almeida, honraria outorgada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público da Paraíba, em 2018.

Trata-se de percurso profissional marcado por compromisso público, presença institucional em diferentes Comarcas do Estado e liderança em funções estratégicas que contribuíram para o fortalecimento do Ministério Público e para a construção histórica da Ouvidoria no Ministério Público da Paraíba.

2.5. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Corregedora-Geral

ANAMARIA CAMPOS TORRES DE VASCONCELOS (*In memoriam*)

Nascida na cidade de Mirandiba, no Estado de Pernambuco, ingressou no Ministério Público de Pernambuco em 1974, iniciando trajetória marcada pelo compromisso institucional e pela dedicação à justiça. Sua primeira lotação ocorreu na Promotoria de Justiça de Petrolina, onde permaneceu até 1978. Posteriormente, atuou na Promotoria de Orobó, entre 1978 e 1982; na Promotoria de São Lourenço da Mata, entre 1982 e 1986; e, já na Capital, exerceu suas funções na 4ª Promotoria de Justiça, no período de 1986 a 1990, na 8ª Promotoria de Justiça, entre 1990 e 1993, e na 15ª Promotoria de Justiça, ao longo de 1993.

Em 1993, foi promovida à 18ª Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal, onde atuou até 1995, passando, então, a exercer a titularidade da 6ª Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal, cargo que ocupou até sua aposentadoria, em 2003. A atuação criminal, que marcou profundamente sua trajetória, levou-a a aprofundar estudos na área, tendo obtido, em 2001, o título de Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco. Sua tese, intitulada "A busca e apreensão e o devido processo", examinou o instituto à luz dos princípios constitucionais, destacando sua natureza cautelar e não meramente probatória.

Exerceu, ainda, a função de Corregedora do Ministério Público de Pernambuco no biênio 1994–1996, eleita com 13 votos dentre 21 apurados, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo na instituição. Em 1996, acumulou a função de Coordenadora dos Estágios do Ministério Público de Pernambuco na Escola Superior do Ministério Público, iniciando vínculo significativo com a instituição formadora. Em 1999, foi nomeada Diretora da Escola Superior do Ministério Público, tornando-se a primeira mulher a exercer essa função.

Seu legado ultrapassou o exercício funcional. Em 2020, foi homenageada, in memoriam, com a Medalha Patrono Roberto Lyra, em reconhecimento à relevância de seus serviços prestados à sociedade e ao Ministério Público de Pernambuco. Em 2023, a nova sede do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado e do Núcleo de Inteligência do Ministério Público de Pernambuco passou a levar seu nome, eternizando a contribuição da destacada Procuradora na história da instituição.

Ouvidora-Geral

GERUSA TORRES DE LIMA (*In memoriam*)

Natural da cidade do Recife, ingressou no Ministério Público de Pernambuco em 1986, iniciando sua carreira na Promotoria de Justiça de Petrolândia, onde permaneceu até 1988. No mesmo ano, assumiu a Promotoria de Justiça de Agrestina, exercendo suas atribuições até 1991, quando foi promovida para a Promotoria de Justiça de Limoeiro, atuando na comarca entre 1991 e 1994. Posteriormente, passou a atuar na 1ª Promotoria de Justiça Substituta da Capital (1994–1995) e, em seguida, na 29ª Promotoria de Justiça da Capital (1995–1999).

Em 1999, foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça, assumindo a titularidade da 9ª Procuradoria de Justiça Cível, onde permaneceu até 2001. Como Procuradora, também atuou na 3ª Procuradoria Criminal (2001–2003) e, posteriormente, na 8ª Procuradoria Criminal (2003–2013), permanecendo nesta última até seu falecimento, em 2013. Sua atuação foi marcada por firmeza, sensibilidade institucional e profundo compromisso com a área criminal.

Durante o período em que integrou a 8ª Procuradoria Criminal, exerceu duas funções de grande relevância: foi eleita por unanimidade para o cargo de Ouvidora do Ministério Público de Pernambuco, no biênio 2006–2007, e, posteriormente, exerceu a função de Subprocuradora-Geral em Assuntos Jurídicos, entre 2011 e 2013. Como Ouvidora, desempenhou papel fundamental na estruturação da Ouvidoria do Ministério Público de Pernambuco, criada em 2006 em cumprimento à Emenda Constitucional nº 45 de 2004 e à Lei Complementar Estadual nº 83 de 2006.

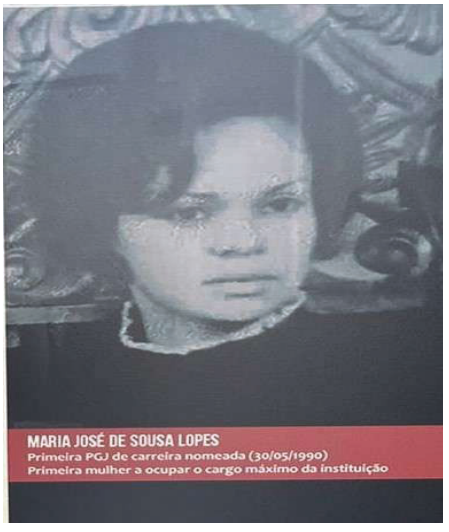
O primeiro ano de funcionamento da Ouvidoria — entre março e setembro de 2006 — contabilizou 311 manifestações recebidas por cartas, e-mails, petições e atendimentos presenciais. Nos anos seguintes, entre janeiro de 2007 e junho de 2008, o número quase triplicou, registrando 1.050 atendimentos, classificados entre denúncias, reclamações, pedidos de informação, elogios, sugestões e outras tipologias. Esses dados evidenciam a dimensão do desafio enfrentado pela primeira Ouvidora e confirmam a visão que expressou ao assumir o cargo: “A Ouvidoria contribuirá para agilizar a prestação de serviços pelo Ministério Público de Pernambuco e terá rebatimento na atuação dos Promotores.”

Seu legado permanece como referência pela dedicação, pela competência e pelo papel estruturante desempenhado na construção da Ouvidoria do Ministério Público de Pernambuco.

2.6. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Procuradora-Geral de Justiça

MARIA JOSÉ DE SOUSA LOPES



A primeira mulher a ocupar o cargo de Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí foi Maria José de Sousa Lopes, nomeada em 30 de maio de 1990, por ato do então governador Alberto Tavares Silva. À época, não havia processo interno de escolha por votação, circunstância que reforça o reconhecimento institucional de sua trajetória funcional.

Posteriormente, em 2011, Zélia Saraiva Lima tornou-se a segunda mulher a assumir o cargo — desta vez, a primeira eleita internamente. Natural de Fortaleza, Ceará, Zélia graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1979) e especializou-se em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Federal do Piauí. Ingressou no Ministério Público do Piauí em 1984, atuando em diversas comarcas até alcançar a 4ª entrância, como titular da Promotoria do Juizado Especial da zona norte de Teresina.

Além da atuação finalística, desempenhou funções administrativas de grande relevância. Foi Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça em 1995, integrou o DECOM, assessorou a Corregedoria-Geral entre 1999 e 2010 e chefiou o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça em 2010. Em julho de 2011, foi eleita Procuradora-Geral de Justiça, sendo a mais votada da lista tríplice e escolhida pelo então governador Wilson Nunes Martins. Ao término do primeiro mandato, foi reconduzida ao cargo em 2013 para mais um biênio. Após concluir sua gestão em 2015, foi nomeada Subprocuradora-Geral de Justiça.

Atua atualmente como Procuradora de Justiça, lotada na 19ª Procuradoria de Justiça Recursal, e integra tanto o Colégio de Procuradores de Justiça quanto o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Piauí. Sua trajetória distingue-se pela dedicação à instituição, pelo exercício de funções administrativas relevantes e pela expressiva contribuição à organização interna do Ministério Público.

Corregedora-Geral

ROSIMAR LEITE CARNEIRO

Ingressou no Ministério Público do Piauí como Promotora de Justiça em 1983, após ser aprovada em primeiro lugar no concurso público para o cargo. Atuou na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí entre 1983 e 1996, período em que exerceu suas funções nas comarcas de Bertolínia, Jaicós, Oeiras e Picos, além de ter atuado como Promotora Substituta na Comarca de Floriano por seis anos.

Em 1996, ascendeu ao cargo de Procuradora de Justiça da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí. Em maio de 1999, foi eleita por aclamação pelo Colégio de Procuradores de Justiça para exercer o cargo de Corregedora-Geral do Ministério Público, função que desempenhou até maio de 2001. Ao final da gestão, em dezembro de 2002, recebeu homenagem do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, em reconhecimento à sua efetiva participação nas atividades do colegiado.

Como Procuradora, atuou junto às duas Câmaras Criminais e ao Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, entre outubro de 1996 e junho de 2000, retornando em agosto de 2003 às Câmaras Criminais da mesma Corte. Desde janeiro de 2004, exerce também o mandato de Conselheira junto ao Conselho Superior do Ministério Público do Piauí.

Ouvidora-Geral

MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES

Foi empossada no cargo de Promotora de Justiça Adjunta em novembro de 1981, iniciando uma trajetória sólida e de destaque no Ministério Público do Estado do Piauí, marcada pelo exercício de funções de elevada relevância institucional. Em abril de 2012, atuou como Ouvidora do MPPI durante o XII Congresso do Ministério Público de Meio Ambiente, realizado em Brasília. Em 2013, assumiu o cargo de Corregedora-Geral Substituta, contribuindo para o fortalecimento das práticas institucionais e para a promoção da eficiência administrativa.

Em setembro de 2017, foi nomeada Subprocuradora-Geral de Justiça, posição de destaque na administração superior do MPPI. Representou o Ministério Público do Piauí em âmbito nacional, participando, como Procuradora-Geral de Justiça em exercício, de reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG), em Brasília, em 2018, ocasião em que foram debatidas pautas relacionadas a correições, estágio probatório, ENCCLA e à atuação institucional no combate à corrupção.

No exercício da chefia institucional, participou, em maio de 2021, do lançamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), vinculado à ENCCLA, contribuindo para a articulação do MPPI com Tribunais de Contas, CGU, TCU e demais órgãos de controle. Em setembro de 2021, foi eleita Coordenadora do Núcleo das Procuradorias Cíveis, função na qual passou a atuar na uniformização de entendimentos por meio de súmulas e enunciados, além de fortalecer a independência funcional dos Procuradores de Justiça.

Ao longo de sua carreira, exerceu funções estratégicas no âmbito do Ministério Público piauiense, incluindo a Ouvidoria, a Corregedoria e a Coordenação do Núcleo das Procuradorias Cíveis. É reconhecida pela atuação firme na fiscalização interna, pela representação institucional em fóruns nacionais e regionais e pela articulação na formulação de políticas integradas de prevenção à corrupção e de fortalecimento institucional.

Atua como Procuradora de Justiça titular da 13ª Procuradoria de Justiça Cível e integra o Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí.

2.7. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Procuradora-Geral de Justiça

ELAINE CARDOSO DE MATOS NOVAIS TEIXEIRA

ELAINE CARDOSO DE MATOS NOVAIS TEIXEIRA, brasileira, nascida em Recife/PE. Casada. Cursou Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) de 1992 a 1996. Obteve o grau de Mestre em Direito: Direitos das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2003. Foi Professora Assistente na UFRN entre os anos de 2006 a 2011, e também lecionou na FESMP e ESMARN.

Em 1997, foi aprovada no concurso para o cargo de Promotor de Justiça e ingressou no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) em 09 de junho de 1997. Foi Promotora de Justiça das comarcas de São Rafael, Umarizal, Pedro Avelino, Serra Negra do Norte, Caraúbas e Natal, com atribuições na Defesa dos Direitos à Saúde.

No período de 2017-2019, ocupou o cargo de Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, sendo reconduzida, assim como o então, Procurador-Geral de Justiça, para o novo biênio 2019-2021. Em seguida, foi eleita para o cargo de Procuradora-Geral de Justiça. Em 5 de maio de 2021, foi nomeada Procuradora-Geral de Justiça, em cujo cargo tomou posse em 18 de junho de 2021, para o biênio 2021-2023. Em 2023, foi reconduzida à função para mais um mandato, referente ao biênio 2023-2025. Foi candidata única nas duas oportunidades.

Foi vice-presidente Nordeste do CNPG e também atuou como Presidente do Grupo Nacional dos Direitos Humanos – GNDH, órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG (2024/2025).

Ao longo de sua carreira no MPRN, exerceu os seguintes cargos: Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor e Cidadania, Promotora-Corregedora, Procuradora-Geral de Justiça Adjunta e Procuradora-Geral de Justiça. Em 2024, foi intercambista do Programa de Lideranças Internacionais do Governo dos Estados Unidos - IVLP/Direitos Humanos de comunidades marginalizadas. No MPRN, foi a primeira mulher a assumir o cargo de Procuradora-Geral de Justiça.

Corregedora-Geral

MARIA ISAURA DE MEDEIROS PINHEIRO

Maria Isaura de Medeiros Pinheiro iniciou sua atuação no Ministério Público ainda enquanto estudante de Direito. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1953. Em 1951, tornou-se a primeira mulher a assumir o cargo de Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Ocupa um lugar de destaque na história do Ministério Público potiguar não apenas por ter sido a primeira mulher a exercer o cargo de Corregedora-Geral, mas também por ter inaugurado a presença feminina na carreira ministerial no estado. Sua trajetória rompeu barreiras de gênero em uma época em que a participação de mulheres no sistema de Justiça ainda era vista como exceção. Com passagem marcante pelas comarcas de São José de Mipibu e Natal, atuou com firmeza e independência, inclusive em períodos politicamente sensíveis, como a Ditadura Militar.

Maria Isaura também se destacou como oradora no Tribunal do Júri, sendo a primeira mulher a atuar em casos de grande repercussão, enfrentando expectativas sociais restritivas e conquistando reconhecimento institucional por sua competência técnica e postura corajosa.

Ouvidora-Geral

GENIVALDA DE SOUSA FIGUEIREDO

Ingressou no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), no cargo de Promotor de Justiça Substituto, em 10 de março de 1988. Assumiu a Ouvidoria no período de 25 de janeiro de 2008 a 25 de janeiro de 2010. Até o ano de 2013 foi a única Promotora de Justiça a atuar na Promotoria na área da Violência Doméstica Contra a Mulher na Comarca de Natal. Participou da elaboração do projeto, como também da criação do Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica (NAMVID). Primeiro membro do MPRN a prestar serviço voluntário na Corregedoria-Geral.

Entre 2008 e 2010, esteve à frente da Ouvidoria do Ministério Público do Rio Grande do Norte, aproximando a instituição da sociedade civil por meio de projetos como o "Manual de Informações". Em 2010, ao encerrar seu mandato como ouvidora, passou a titularizar a 72ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal, assumindo atribuições exclusivas junto ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Em parceria com o então Procurador-Geral de Justiça, contribuiu diretamente para a criação do Núcleo de Apoio ao Combate à Violência Doméstica contra a Mulher (NAMVID), instrumento fundamental para a efetivação da Lei Maria da Penha no âmbito estadual.

Sua contribuição ultrapassou o exercício da função pública. Após a aposentadoria, continuou prestando serviço voluntário na Corregedoria-Geral do MPRN, analisando procedimentos extrajudiciais e colaborando com a gestão da Procuradoria de Justiça. Ao longo de sua carreira, demonstrou compromisso ético, espírito público e dedicação à promoção da justiça, deixando um legado marcante no Ministério Público do Rio Grande do Norte e na sociedade potiguar

2.8. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Procuradora-Geral de Justiça e Ouvidora-Geral

MARIA CRISTINA DA GAMA E SILVA FOZ MENDONÇA

Nascida em São Paulo em 23 de março de 1953, iniciou sua trajetória profissional em 1971, em Mogi das Cruzes, onde trabalhou em Cartório enquanto cursava Direito, bacharelando-se em 1975. Em outubro de 1978, ingressou no Ministério Público de Sergipe como Promotora Pública, atuando em Porto da Folha, Tobias Barreto e Frei Paulo, sendo promovida por merecimento para Aracaju em 1982. Na capital, oficiou em Varas Cíveis e da Fazenda Pública, dedicou-se à Curadoria de Proteção do Consumidor, Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, e integrou o Conselho Estadual do Meio Ambiente. Atuou como Promotora Assessora da Coordenadoria-Geral, no Centro de Apoio Operacional e junto às Turmas Recursais dos Juizados Especiais. Em 2000, foi promovida a Procuradora de Justiça.

Em 2006, tornou-se a primeira mulher a exercer o cargo de Procuradora-Geral de Justiça do MPSE, sendo reconduzida até 2010. Posteriormente, foi eleita Corregedora-Geral por dois mandatos (2010 a 2014) e Ouvidora do Ministério Público (2014/2016). Foi eleita Conselheira do MPSE por três períodos e Subcorregedora-Geral por dois mandatos. Recebeu o Colar do Mérito Tobias Barreto (2000), a Medalha do Mérito Policial Militar (2004), a Ordem do Mérito Serigy no Grau de Grande Oficial (2007), o Troféu Núbia Marques (2008), a Ordem do Mérito da Advocacia Pública no Grau Comendador (2014) e o Título de Cidadã Sergipana (2016).

Possui título de Especialista em Novo Direito Civil pela Universidade do Sul de Santa Catarina (28/05/2007). Sempre manteve olhar social, atuando junto a populações vulneráveis, como recicladores e mulheres privadas de liberdade.

Corregedora-Geral

MARIA EUGÊNIA DA SILVA RIBEIRO (*In memoriam*)

Nascida em Aracaju, formou-se bacharela em Direito pela antiga Faculdade de Direito situada na Avenida Ivo do Prado. Após a graduação, dedicou-se intensamente ao estudo da língua e da literatura francesas — uma paixão que, como afirma, a acompanhará por toda a vida. Aperfeiçoou-se em Nancy, na França, onde concluiu seus estudos, sendo posteriormente agraciada com uma bolsa do governo francês. Viveu também em Toulouse, no sul da França, período em que aprofundou conhecimentos em língua e literatura francesas, direito penal e criminologia.

De volta ao Brasil, construiu uma carreira marcada por rigor técnico e sensibilidade humana. Foi professora universitária, profissão em que nutria especial afeto por seus alunos, a quem chamava de "filhos do coração". Atuou como Assessora Jurídica nos governos estaduais de Paulo Barreto de Menezes (1971–1975) e José Rollemberg Leite (1975–1979), integrando a Consultoria-Geral do Estado, experiência na qual teve a honra de ser chefiada pelo futuro ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto.

Seu ingresso no Ministério Público de Sergipe deu-se por concurso público, sendo nomeada por Decreto de 08 de maio de 1978 para o cargo de Promotor Público da Comarca de Neópolis, onde tomou posse em 10 de maio do mesmo ano. Em 1981, integrou a Comissão Examinadora do Concurso de Ingresso na carreira do MPSE. Em 09 de março de 1982, foi promovida por merecimento ao cargo de Procurador de Justiça, assumindo as novas funções no dia seguinte.

Teve destacada participação institucional: presidiu a Associação Sergipana do Ministério Público (1987–1989) e ocupou a Vice-Presidência do Conselho Fiscal da CONAMP — posição que, até hoje, nenhuma outra mulher exerceu. Em 1990, recebeu o Colar do Mérito "Tobias Barreto", distinção outorgada a personalidades cujos méritos contribuíram para o engrandecimento do Ministério Público sergipano. Em 1991, foi designada Corregedora-Geral do MPSE e, em 1993, passou a integrar o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça.

Como Procuradora de Justiça, destacou-se na elaboração de pareceres, com atuação na Câmara Cível e, sobretudo, na Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Sergipe, área que considerava sua maior vocação. Aposentou-se em 21 de maio de 2010.

Na vida pessoal, foi mãe de três filhos e enfrentou a dor irreparável da perda de sua filha mais velha, aos 28 anos. Cultivava profundo amor pela poesia — herança afetiva de seu pai, José da Silva Ribeiro Filho, advogado, juiz do trabalho, poeta e figura que descrevia como ilustre, íntegra e admirável.

3. MINISTÉRIOS PÚBLICOS DA REGIÃO SUDESTE

3.1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procuradora-Geral de Justiça e Corregedora-Geral

CATARINA CECIN GAZELE

Ingressou no Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) como Promotora Substituta em 20 de dezembro de 1977. Dois anos depois, foi promovida à Promotora de Justiça. Mais tarde, foi assessora do ex-Procurador-Geral de Justiça Fernando de Assis Ribeiro, no período de junho de 1981 a março de 1983. E chefiou o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça Welington da Costa Citty em 1991. Foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça em 1993 e escolhida pela classe, em 1994, conselheira do Conselho Superior do Ministério Público. Foi novamente conselheira em 2004 e em 2005. Foi Corregedora Geral do MPES de março de 1998 a março de 2000. Ocupou também o cargo de Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. De maio de 2006 a maio de 2008, assumiu a chefia do MPES, tornando-se a primeira Procuradora-Geral de Justiça da instituição. Nesse período, foi vice-presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, Região Sudeste. No MPES, redesenhou a proposta global de atuação voltada para a defesa dos direitos humanos e criou grupos especiais de trabalho e o Núcleo de Atendimento Psicossocial (Nasp). Realizou o primeiro concurso público para ingresso na carreira de servidor público do MPES, além de nomear 50 Promotores de Justiça Substitutos. Também ampliou o número de sedes de Promotorias de Justiça no interior do Estado e participou da elaboração do projeto de construção do anexo da Procuradoria-Geral de Justiça. Foi coordenadora do Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (Nevid) de 11 de julho de 2012 a 8 de maio de 2016. Atualmente, além de suas funções na Procuradoria de Justiça Cível, exerce a coordenação do Núcleo de Proteção aos Direitos Humanos (NPDH). Também é professora titular de Ciências Penais, mestra em História e doutora em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

3.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradora-Geral de Justiça

ANA IVANETE DOS SANTOS

Natural de Jequitinhonha, Minas Gerais, nascida em 20/07/1939, filha de Epaminondas Alves dos Santos e Ana Isaura dos Santos, Ana Ivanete dos Santos é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1964).

Ingressou no Ministério Público de Minas Gerais pelo XII Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público, tomando posse em 14/02/1967, atuando como Promotora de Justiça nas comarcas de Medina (1967-1968), Cabo Verde (1968-1970), Itaguara (1970-1971), Bonfim (1971-1979), Pedro Leopoldo (1979-1980), Contagem (1980-1982) e, posteriormente, em Belo Horizonte (1982-1989).

Foi promovida a Procuradora de Justiça em 16/03/1989.

No âmbito administrativo, exerceu funções de destaque na instituição: foi Assessora da Corregedoria-Geral de 02/10/1998 a 15/01/2002 e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Saúde/Transtornos Mentais de 19/10/2002 a 17/03/2006.

Assumiu o cargo de Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais em três oportunidades, todas por transição: de 25/10/2002 a 09/12/2002, de 09/12/2004 a 19/12/2004 e de 19/10/2006 a 04/12/2006.

Aposentou-se a pedido em 07/01/2009.

Sua atuação, especialmente no campo da saúde mental, foi reconhecida inclusive por usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), que atribuíram a ela avanços concretos em processos de desospitalização e de retorno de pessoas com transtornos mentais ao convívio social e familiar — evidenciando seu compromisso institucional com a garantia de direitos, com a transformação social e com uma atuação humanizada no Ministério Público de Minas Gerais.

Corregedora-Geral e Ouvidora-Geral

RUTH LIES SCHOLTE CARVALHO

Ouropretana e sabarense de coração, Ruth Lies Scholte Carvalho graduou-se em Filosofia pela Faculdade Belo Horizonte em 1970 e em Direito pela UFMG em 1971, tendo também se formado em Letras no mesmo ano. Antes de ingressar no Ministério Público, foi professora de Português e Francês nos Colégios Anchieta e São Luiz, em Belo Horizonte, entre 1967 e 1970, e exerceu advocacia de 1971 a 1983. Ingressou no Ministério Público de Minas Gerais em 19/11/1984 (XVIII concurso), atuando como Promotora de Justiça nas comarcas de Espinosa, Mateus Leme, Caeté, Contagem e Belo Horizonte, sendo a primeira mulher promotora titular do Tribunal do Júri da capital mineira. Em 01/10/1993 foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça.

Em sua trajetória institucional, exerceu funções de elevado significado: foi Corregedora-Geral do Ministério Público (22/12/1995 a 13/11/1997), primeira mulher a ocupar esse cargo; integrou o Conselho Nacional de Justiça, em Brasília, entre 2005 e 2007, como primeira representante do MPMG na composição inaugural; foi Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Jurídica (15/09/2008 a 07/02/2009) e Ouvidora-Geral do MPMG (09/10/2012 a 08/10/2016), com duas gestões consecutivas. Na AMMP, ocupou cargos de diretora administrativa (2001 a 2003) e vice-presidente (2003 a 2005). Foi também a primeira mulher presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP).

Coordenou a elaboração do Manual Prático do Promotor de Justiça, adotado em diversos estados. Foi agraciada com condecorações, entre elas a Medalha da Inconfidência. Reconhecida como defensora da política de “voicificação”, concebendo a Ouvidoria como porta de acesso à cidadania e último refúgio na defesa de direitos, tornou-se referência nacional e inspiração para gerações de mulheres. Foi homenageada pelo MPMG e pela AMMP, tendo seu retrato inaugurado na galeria do Memorial do Ministério Público de Minas Gerais. Aposentou-se a pedido em 18/09/2020.

3.3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Corregedora-Geral

MARIJA YRNEH RODRIGUES DE MOURA

Nasceu em 11 de janeiro de 1939, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Diplomada em Música – Piano pelo Conservatório Brasileiro de Música em 1957, graduou-se em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ, em 1964. Ingressou no Ministério Público em 1971, como Defensora Pública do Estado da Guanabara, atuando durante três anos, sobretudo em Varas Criminais, período em que recebeu elogios de diversas autoridades — entre eles o Juiz José Lucas Moreira Alves Brito, pelo "incansável esforço" e por sua "demonstração de invulgar cultura e alto espírito público"; e o Desembargador Darcy Roquette Vaz, pelo modo "eficiente, leal e proficiente" com que serviu à Justiça. Sua atuação técnico-jurídica também foi destacada no II Congresso Nacional do Ministério Público, conforme referência do então Procurador-Geral de Justiça Paulo Chermont de Araújo.

No campo associativo, foi Diretora Administrativa da AMPERJ (1978-1980) e integrou seu Conselho Consultivo (1986-1988). É reconhecida como uma das sócias fundadoras da CAMPERJ, constituída em 1981, entidade voltada à saúde e assistência dos membros do MP e seus familiares.

Promovida a Procuradora de Justiça em 1987, passou a atuar no eixo administrativo-institucional. Entre 1988 e 1991 exerceu o cargo de Subcorregedora de Justiça e, em 1993, foi nomeada Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro — a primeira mulher a ocupar essa função. Representou o MPRJ no I e II Encontro Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público, ambos em 1994, em Corumbá (MS) e Belém (PA), e no mesmo ano foi agraciada com o Colar do Mérito do MPRJ.

Entre 2005 e 2009 exerceu o cargo de Subprocuradora-Geral de Justiça, aposentando-se em 2009. Deixou legado marcado por pioneirismo e atuação institucional de relevo.

Ouvidora-Geral

GEORGEA MARCOVECCHIO GUERRA

Nascida em 21 de agosto de 1970, na cidade de Niterói, Georgea Marcovecchio Guerra formou-se em Direito pela Universidade Cândido Mendes em 1994. Ingressou no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 1995, como Promotora de Justiça, iniciando trajetória marcada por dedicação e atuação destacada. Após intensa experiência na área criminal, foi, por seis anos, titular da 1ª Promotoria de Justiça junto à Auditoria Militar (1998–2004). Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido, recebeu, em novembro de 2000, o Grau Comendador da Ordem do Mérito Policial Militar, honraria concedida a profissionais civis e militares que prestam relevantes serviços à PMERJ e à sociedade fluminense. Na mesma época, foi agraciada com a Medalha Mérito Avante Bombeiro, concedida pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

A partir de 2004, atuou perante Promotorias de Execução Penal. Entre 2005 e 2009, foi Gestora do Sistema de Controle de Processos (SCP), responsável pelo gerenciamento tecnológico dos processos em andamento. Nesse período, integrou o Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, como suplente. No âmbito institucional, exerceu a função de assessora do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça (2005 e 2007) e tornou-se a primeira — e ainda única — mulher a ocupar o cargo de Secretária de Tecnologia da Informação e de Comunicação (2006).

A partir de 2009, acumulou experiência em Promotorias Eleitorais e de Investigação Penal. Em 2013, tornou-se pioneira ao ser nomeada a primeira mulher Ouvidora do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, exercendo o cargo até 2019. Na função, idealizou e implementou sistema eletrônico de recebimento e tramitação de comunicações, integrado ao Módulo de Gestão de Processos, além de levar o Ministério Público a diversas localidades por meio do projeto Ouvidoria Itinerante, ampliando o acesso da população a direitos sociais. Por sua gestão transformadora, recebeu, em 2016, o Colar do Mérito do MPRJ, maior honraria concedida pela instituição.

Entre 2019 e 2021, acumulou a Assessoria Internacional com a presidência da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (FEMPERJ). Em 2023, foi promovida, por merecimento, ao cargo de Procuradora de Justiça. Atualmente, próxima de completar 30 anos de atuação no Ministério Público, está lotada na 2ª Procuradoria de Justiça junto à 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

3.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Corregedora-Geral

TEREZA CRISTINA MALDONADO KATURCHI EXNER

Filha de Jorge José Katurchi, argentino apaixonado pelo Brasil — especialmente pelo Pantanal — e de Anna Thereza de Copacabana Maldonado Katurchi, Tereza viveu sua infância e parte da adolescência em Corumbá/MS, ao lado dos irmãos José Eduardo e Mario Márcio (falecido). Em 1978, mudou-se para São Paulo para cursar o colegial no Colégio São Luiz. Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo em 1985 e, em 1987, ingressou no Ministério Público do Estado de São Paulo como Promotora de Justiça Substituta de Santo André.

Sempre guiada pelo princípio que resume sua vocação — "onde houver injustiça, tome partido" — encontrou no Ministério Público o espaço para transformar esse ideal em missão: combater opressões, defender vítimas na área criminal e atuar em prol da população mais vulnerável. Comprometida também com a equidade de gênero, participou de importantes lutas institucionais ao longo de sua trajetória.

Como titular, atuou nas Promotorias de Justiça de Vargem Grande do Sul, Taboão da Serra e Suzano. Na Capital, oficiou perante a 6ª Promotoria de Justiça Criminal. Em novembro de 2009, foi promovida à Segunda Instância, passando a integrar a Procuradoria de Justiça Criminal e atuando por muitos anos nas sessões da Colenda 14ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Integrou o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça no biênio 2014/2015. Exerceu a Vice-Corregedoria-Geral do Ministério Público de São Paulo nos biênios 2015/2016 e 2017/2018 e foi Corregedora-Geral no biênio 2019/2020. Em 2020, foi eleita Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. No biênio 2021/2022, tornou-se a primeira representante do MPSP a integrar a Banca de Concurso de Ingresso à Magistratura. Foi, ainda, candidata ao cargo de Procuradora-Geral de Justiça para o biênio 2024/2025.

Amante das artes — literatura, música e cinema — é autora de um livro de haicais e de artigos jurídicos. Participou da obra "Ministério Público Estratégico, Violência de Gênero" (Ed. Foco, 2022). Casada com o Desembargador Walter Cesar Incontri Exner, é mãe de Camila e Marina, que, como define, são suas maiores contribuições para um mundo melhor.

4. MINISTÉRIOS PÚBLICOS DA REGIÃO SUL

4.1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Procuradora-Geral de Justiça

MARIA TEREZA UILLE GOMES

Maria Tereza Uille Gomes, Nascida em Londrina/PR e criada na primeira infância em Ibiporã/PR, Uille descende de uma família marcada pela educação e pelo trabalho: filha e neta de professoras pioneiras na região e de um agricultor. Formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 1985 e ingressou no Ministério Público do Paraná em 1987. Iniciou a carreira como Promotora Substituta em Jacarezinho, passando por diversas comarcas até ser promovida, ainda em 1987, a Promotora de entrância inicial em Jaguapitã. Posteriormente, foi promovida para Pitanga, removida para Cambé e, em 1993, promovida para Ponta Grossa, sendo removida para Curitiba menos de um mês depois.

Uille teve papel marcante na vida política do MPPR, sendo eleita presidente da Associação Paranaense do Ministério Público (APMP) por quatro mandatos: 1999/2001, 2001/2002, 2005/2007 e 2007/2009. Sua formação acadêmica inclui mestrado (2007) e doutorado (2011) em políticas públicas e educação, com pesquisas voltadas à escolarização como instrumento de redução da criminalidade juvenil e ao papel do Ministério Público nesse contexto.

Em 2002, deixou a presidência da classe para candidatar-se ao cargo de Procuradora-Geral de Justiça. Sua candidatura foi marcada por tentativas de impugnação, mas, após intensa batalha judicial, foi eleita a mais votada pela classe, assumindo o cargo mesmo sendo Promotora de Justiça. Sua gestão (2002–2004) destacou-se pela firmeza, pelo enfrentamento ao nepotismo e pela conclusão da aquisição da sede exclusiva do MPPR. Em 2004, embora novamente a mais votada para recondução, o governador escolheu o segundo colocado da lista tríplice.

Após deixar a PGJ, retornou à atuação ministerial e voltou a concorrer à presidência da Associação, sendo novamente a mais votada e reconduzida. Em 2010, foi promovida a Procuradora de Justiça. No ano seguinte, assumiu a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU), nomeada pelo governador Carlos Alberto Richa, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo. Aposentou-se do Ministério Público em 12 de setembro de 2016. Em 2017, foi nomeada Conselheira Cidadã da Câmara para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo reconduzida em 2019.

Corregedora-Geral

ROSÂNGELA GASPARI

Rosângela Gaspari é filha de Leni Trentin Gaspari, professora e historiadora, e José Leônidas Gaspari, tabelião. Nasceu em 27 de março de 1967, em União da Vitória. Em 1990, formou-se em Direito na Universidade Federal do Paraná e logo após a formatura, Rosângela prestou concurso para o MPPR, sendo aprovada na sexta colocação. A posse seguiu-se em 12 de junho e participou do primeiro curso de adaptação da Escola Superior do Ministério Público, recém-criada. Sua primeira lotação foi como Promotora substituta na Seção Judiciária de Paranaguá. Em dezembro de 1990, foi promovida para a comarca de Campina da Lagoa e, em maio de 1991, removida para Mallet. No mesmo mês, casou-se com João Joedes Lima, com quem teve dois filhos, Fernanda de Joedes Gaspari (advogada) e Guilherme Gaspari de Lima (empresário). Em agosto de 1993, foi promovida para a comarca de Palmas, assumindo a 1ª Promotoria Criminal. Posteriormente, em janeiro de 1994, Rosângela Gaspari foi a única mulher no grupo de sete membros fundadores da Promotoria de Investigação Criminal (PIC, antecessora do GAECO), onde permaneceu por sete anos. No ano seguinte, foi promovida para Foz do Iguaçu, mas permaneceu designada na PIC, sendo removida para Curitiba em dezembro do mesmo ano. Em dezembro de 2000, foi designada para a Coordenadoria de Recursos Criminais, atuando junto aos Tribunais Superiores em duas gestões diferentes de procuradores-gerais. Em abril de 2006, passou a integrar o CAOP Criminais e de Execuções Penais, permanecendo até maio de 2011. Em dezembro de 2011, Rosângela foi designada para atuar como Promotora-corregedora na Corregedoria do MPPR (2021 2023) e em 15 de maio de 2012 foi promovida a Procuradora de Justiça. Finalmente, em dezembro de 2021, Rosângela Gaspari foi eleita a primeira Corregedora-Geral do MPPR, com 99 dos 108 votos do Colégio de Procuradores, permanecendo no cargo até dezembro de 2023. Atualmente, Gaspari é titular na 4ª Procuradoria Criminal.

Ouvidora-Geral

LÚCIA INEZ GIACOMITTI ANDRICH

Lúcia Inez Giacomitti Andrich ingressou no Ministério Público do Estado do Paraná em 1990, iniciando sua carreira como Promotora Substituta nas comarcas de Medianeira, Foz do Iguaçu e Campo Largo. Posteriormente, assumiu atribuições na comarca de entrância inicial de São João do Ivaí, onde consolidou experiência relevante em matéria criminal e cível. Em 1994, foi promovida para a comarca de Piraquara, ampliando sua atuação institucional. Já em Curitiba, como Promotora Substituta de entrância final, oficiou nas Promotorias da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, exercendo funções de elevada complexidade técnica.

Em 2002, alcançou marco histórico ao tornar-se a primeira mulher a assumir a titularidade do Tribunal do Júri da capital paranaense, permanecendo por 14 anos à frente do 2º Tribunal do Júri da Comarca de Curitiba. Nesse período, conduziu julgamentos de grande repercussão social, distinguindo-se pela firmeza, sensibilidade jurídica e rigor técnico na condução dos processos submetidos ao julgamento popular.

Em 2016, foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça, inicialmente integrando o 3º Grupo Criminal e, atualmente, compondo o 4º Grupo Criminal, onde segue contribuindo de forma expressiva para o fortalecimento da atuação ministerial em segunda instância. Sua trajetória, marcada por pioneirismo, dedicação e compromisso institucional, inscreve-se entre as mais relevantes na história contemporânea do Ministério Público do Estado do Paraná.

4.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Procuradora-Geral de Justiça

SIMONE MARIANO DA ROCHA

Nascida em Nova Prata (RS), graduou-se em Letras e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tendo posteriormente obtido especialização em Direito Comunitário – Infância e Juventude pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. Ingressou no Ministério Público do Rio Grande do Sul em 1989, atuando inicialmente nas comarcas de Itaqui e Caxias do Sul, até assumir atribuições em Porto Alegre. Em maio de 2002, foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça, consolidando trajetória marcada por dedicação às áreas da infância, juventude e proteção social.

Coordenou as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre entre 1996 e 1999 e, na sequência, dirigiu o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude no período de 1999 a 2004. Entre 2003 e 2006, representou a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça (ABMP) no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), contribuindo para debates e políticas públicas voltadas à proteção integral.

Sua atuação institucional estendeu-se também ao âmbito associativo e deliberativo do Ministério Público gaúcho: foi Vice-Presidente Administrativa e Financeira da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMPRS) no biênio 2005/2006; integrou o Conselho Superior do Ministério Público nos períodos de 2007/2008 e 2015/2017; e compôs o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça entre 2014/2016 e 2024/2025.

Entre abril de 2009 e abril de 2011, exerceu a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo. Sua gestão foi marcada por marcos institucionais relevantes, entre eles a promulgação da Lei nº 13.662, que permitiu a inclusão de Promotores de Justiça na lista tríplice para a escolha da Procuradora-Geral de Justiça. Criou o Conselho de Gestão Compartilhada e editou o primeiro Provimento sobre Intervenção no Cível, ampliando parâmetros de atuação institucional.

Atualmente, exerce suas funções junto à 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Ao longo da carreira, recebeu distinções de destaque, como o Prêmio Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS (2002), a Medalha Amiga da Cidade de Porto Alegre, as Medalhas Dirceu Pinto e Sophia Galanternick, ambas concedidas pela AMPRS, e a Ordem do Mérito do MP-RS, no grau Grã-Cruz (2012).

Corregedora-Geral

JACQUELINE FAGUNDES ROSENFELD

Natural de Porto Alegre, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1977. No ano seguinte, foi aprovada em concurso para o Ministério Público do Rio Grande do Sul, tomando posse em janeiro de 1979. Iniciou sua trajetória institucional na comarca de Arroio do Meio, no Vale do Taquari, atuando, na sequência, em Sarandi, Santa Cruz do Sul e Canoas, até ser promovida para Porto Alegre. Após cerca de um ano na Capital, oficiando perante vara de família, recebeu convite do então Corregedor-Geral, Dr. Carvalho Leite, para integrar o quadro de Promotores Corregedores — missão que aceitou com orgulho, passando a compreender a Corregedoria-Geral do Ministério Público sob a perspectiva do apoio, da orientação e da valorização dos integrantes da carreira.

Promovida ao cargo de Procuradora de Justiça em 1991, passou a integrar a alta administração da instituição no final da década, quando concorreu à Corregedoria-Geral na condição de Subcorregedora-Geral. Essa divisão inovadora, instituída pelo Procurador-Geral de Justiça da época, Claudio Barros Silva, visava conferir maior tecnicidade ao gerenciamento das atividades funcionais, especialmente no que se refere à administração de substituições, designações e férias dos Promotores de Justiça. Em continuidade à sua trajetória, concorreu e foi eleita Corregedora-Geral do Ministério Público, exercendo o cargo por dois mandatos ao lado do colega Miguel Bandeira Pereira. Nesse período, também foi eleita Presidente do Colégio de Corregedores-Gerais dos Estados e da União, projetando sua atuação para além das fronteiras estaduais.

Após concluir suas gestões correicionais, retornou às atribuições perante a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, onde permanece em exercício. Sua carreira é marcada por pioneirismo, dedicação e aprimoramento contínuo da atividade correicional, legado que integra a história institucional do Ministério Público gaúcho.

Ouvidora-Geral

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA

Procuradora de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, ingressou na carreira em 1986, exercendo a titularidade das Promotorias de Justiça de Guarani das Missões, Taquari, Viamão e Porto Alegre. Na capital, desenvolveu atuação marcante na área da infância e juventude, tendo oficiado na Promotoria especializada e desempenhado as funções de Coordenadora das Promotorias da Infância e Juventude, Coordenadora do Centro de Apoio da Infância e Juventude e Promotora-Corregedora, contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento das políticas institucionais voltadas à proteção integral.

Promovida ao cargo de Procuradora de Justiça, exerceu a Ouvidoria do Ministério Público do Rio Grande do Sul, ampliando o diálogo institucional com a sociedade e fortalecendo os mecanismos de participação cidadã. Atuou, ainda, nas 7ª e 8ª Câmaras Cíveis e na 1ª Câmara Especial de Família, consolidando experiência robusta em matérias de alta complexidade. Participou por duas vezes de bancas de concursos para Promotor de Justiça, no Rio Grande do Sul e em Rondônia, e integrou, por diversos períodos, o Conselho Superior do Ministério Público, contribuindo para decisões estratégicas da carreira e da instituição.

Professora da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul desde 2004, construiu trajetória acadêmica de excelência. É especialista em Violência Doméstica pela Universidade de São Paulo, mestre em Direito pela UNISINOS e doutora em Serviço Social pela PUCRS. Possui vasta produção intelectual, com destaque para os livros de autoria própria *Violência Sexual Intrafamiliar: é possível proteger a criança?* (Livraria do Advogado, 2004) e *Inquirição da Criança Vítima: proteção ou violação de direitos?* (Livraria do Advogado, 2011). Coorganizou a obra *Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes* (Artmed, 2011), em parceria com Maria Regina Fay de Azambuja e Maria Helena Mariante Ferreira, além de ser autora de numerosos artigos nas áreas de Direito da Criança e do Adolescente e Direito de Família.

Sua trajetória combina sólida atuação institucional, produção acadêmica qualificada e compromisso permanente com a promoção dos direitos humanos e a proteção de crianças e adolescentes.

4.3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Procuradora-Geral de Justiça

VANESSA WENDHAUSEN CAVALLAZZI

Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) para o biênio 2025/2027, a primeira mulher a assumir esse cargo em mais de 130 anos de história da instituição. Natural de Santa Catarina, é filha de Mário Roberto Cavallazzi e Lenita Wendhausen Cavallazzi. Casada com Paulo Marcos de Farias, é mãe de dois filhos: Felipe e Betina Wendhausen Cavallazzi Gomes. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1994. É Promotora de Justiça no Ministério Público do Estado de Santa Catarina desde o ano de 1996, inicialmente lotada como Promotora de Justiça Substituta na Circunscrição de Itajaí. Desde então, atuou nas Comarcas de Florianópolis, São José, Palhoça e Tangará, sendo atualmente titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Joaquim. É mestre (2019) e doutora (2025) em Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), com produção científica voltada à atuação institucional do Ministério Público, acesso à justiça e mecanismos autocompositivos. É autora de diversos artigos científicos e participa do Grupo de Pesquisa "Direitos Humanos, Cortes Constitucionais e Democracia" na UniCEUB, coordenado pela Professora Doutora Patrícia Perrone Campos Mello. É autora do livro "Ministério Público e Democracia: entre o compromisso de ajustamento de conduta e o compromisso significativo", com lançamento previsto pela Editora Fórum para setembro de 2025. Sua trajetória é marcada pela defesa do Estado Democrático de Direito, pela promoção da justiça social e pela busca de uma gestão pública inovadora, plural e comprometida com os direitos fundamentais. Foi Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (2015/2016). Participou de grupo de trabalho da Vice-Procuradoria Geral da República com atribuição de investigação e processamento de agentes detentores de foro privilegiado no Superior Tribunal de Justiça (2017). Foi Membro Auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público, desenvolvendo suas funções junto à Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (2018-2021) e Assessora Especial do Escritório de Representação do MPSC em Brasília (2020-2021).

Corregedora-Geral

GLADYS AFONSO

Natural de São Paulo, capital, formada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 1987. Em 16/08/1988, fui nomeada para o cargo de Promotora de Justiça Substituta, com lotação na comarca de Blumenau. No ano de 1989, promovida ao cargo de Promotora de Justiça Titular, inicialmente na Comarca de Campo Erê, com posterior atuação nas Comarcas de São Lourenço do Oeste, Araranguá, Joaçaba e Capital. Em 2003, promovida ao cargo de Procuradora de Justiça, tomando posso em janeiro do ano 2004. Durante o período de atuação no segundo grau, exerci os cargos de, Assessora do Procurador-Geral, Coordenadora de dois Centros de Apoio Operacional – da Moralidade Administrativa e do Controle de Constitucionalidade –, Coordenadora de Recursos cíveis, Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Subcorregedora-Geral e Corregedora-Geral, além de ter sido membro do Conselho Superior do Ministério Público em vários mandatos. No mesmo interregno, também assumi outras funções, como coordenadora de diversas forças tarefas, Presidente do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público (FERMP) e do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), representante do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC) no Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ), integrei diversas bancas de concurso para ingresso na carreira, além de ter ministrado aulas na UNISUL, UNOESC e na Escola do MPSC. Na Procuradoria de Justiça, minha autuação foi restrita à área cível, com foco principal na área de Direitos Difusos, sobretudo no que atine à moralidade administra e à área do meio ambiente. No dia 25 de novembro de 2024, fui nomeada pelo Governador do Estado de Santa Catarina ao cargo de Desembargadora, com a posse ocorrendo no dia 4 de dezembro subsequente. Desde então, assumi uma vaga na 5ª Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Ouvidora-Geral

ROSEMARY MACHADO

Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em 1985, iniciando sua trajetória institucional como Promotora de Justiça Substituta em Joinville, onde permaneceu até 1988. Nos anos seguintes, atuou nas Promotorias de Justiça de Barra Velha, Santa Cecília e São Francisco do Sul, exercendo funções em diferentes realidades jurisdicionais e ampliando sua experiência nas áreas cível e criminal. Retornou a Joinville em 2000, permanecendo na comarca até 2016, período em que consolidou forte vínculo com a comunidade local e desenvolveu atuação de destaque, com breve interrupção em 2008, ano em que desempenhou funções em Criciúma.

Entre 2016 e 2022, exerceu suas atribuições como Promotora de Justiça na Capital, atuando em temas de elevada relevância institucional e aprofundando sua participação em projetos estruturantes da instituição. Em 2022, ascendeu ao cargo de Procuradora de Justiça, coroando décadas de dedicação ao Ministério Público catarinense.

No ano seguinte, foi eleita por aclamação do Colégio de Procuradores de Justiça para o cargo de Ouvidora do Ministério Público de Santa Catarina, para o biênio 2023/2025, assumindo a responsabilidade de fortalecer os canais de comunicação entre a instituição e a sociedade, com foco no acolhimento qualificado e na ampliação da transparência institucional. Em 2025, tomou posse como Vice-Presidente para a Região Sul do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP), ampliando sua atuação para o cenário nacional e contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de ouvidoria no âmbito do Ministério Público brasileiro.

Sua trajetória é marcada pela constância, pela seriedade e pelo compromisso com o serviço público, atributos que sustentam sua atuação ao longo de quatro décadas dedicadas à defesa dos direitos fundamentais e ao fortalecimento da atuação ministerial.

5. MINISTÉRIOS PÚBLICOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE

5.1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

Procuradora-Geral de Justiça

NILMA MARIA NAVES DIAS DO CARMO (*In memoriam*)

Natural de Iraí de Minas (MG), Nilma graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Goiás e ingressou no Ministério Público goiano em junho de 1966. Iniciou sua carreira nas comarcas de Araguacema e Porto Nacional — hoje pertencentes ao Estado do Tocantins —, seguindo posteriormente para Luziânia e Goiânia, onde consolidou sua atuação ministerial. Em 23 de setembro de 1986, foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça, reconhecimento natural de sua destacada trajetória.

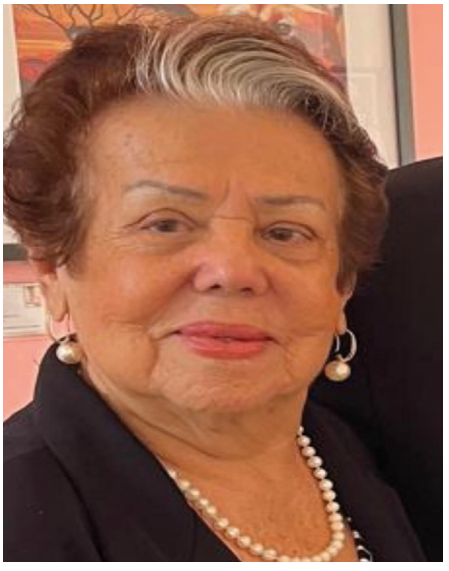
Ao assumir a Procuradoria-Geral de Justiça, em 1993, conduziu uma profunda renovação na estrutura institucional, implementando medidas que modernizaram fluxos de trabalho, fortaleceram a gestão administrativa e contribuíram para a consolidação do Ministério Público de Goiás em cenário de crescente complexidade social. Aposentou-se em maio de 1995, logo após concluir seu mandato, mas seu vínculo com a instituição permaneceu indelével. Nilma referia-se ao Ministério Público de Goiás como "um filho, um dos grandes amores da vida, depois da família", expressão que revelava a dimensão afetiva e o compromisso que sempre nutrira pela instituição. Esse laço foi tão significativo que, mesmo após a aposentadoria, permaneceu no MPGO como assessora até 2002.

Antes de ser eleita e nomeada Procuradora-Geral de Justiça, exerceu a presidência da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) no biênio 1992–1994. Em depoimento registrado no livro *O MP na Comarca: Exército de um Homem Só* (volume II), afirmou o orgulho de ter ocupado essa função, que considerava um marco inestimável em sua carreira. Como costumava dizer, "a unanimidade da classe é ser presidente da AGMP, porque ali votam os inativos e os membros da ativa", frase que traduzia seu profundo respeito pela história e pela unidade da carreira ministerial.

Sua trajetória permanece como referência de liderança, dedicação e compromisso institucional no Ministério Público brasileiro.

Corregedora-Geral

MYRTHES DE ALMEIDA GUERRA MARQUES



Nascida em Inhumas (GO), em 19 de fevereiro de 1935, Myrthes de Almeida Guerra Marques formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Goiás, em Goiânia, e concluiu Administração Pública na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), no Rio de Janeiro. Ingressou no Ministério Público do Estado de Goiás em 1961, por concurso público, sendo nomeada promotora de Justiça na comarca de Natividade, atualmente pertencente ao Estado do Tocantins. Antes disso, já havia exercido a mesma função na comarca de Urutaí (GO).

Foi sucessivamente promovida para as comarcas de Natividade e Filadélfia — ambas hoje situadas no Tocantins —, até retornar a Goiás, onde atuou na comarca de Inhumas e, posteriormente, em Goiânia, exercendo por nove anos a titularidade de promotora de Justiça na capital. Pela excelência de sua atuação, foi promovida, por merecimento, ao cargo de Procuradora de Justiça, tornando-se a primeira mulher a ocupar essa posição no Ministério Público goiano.

Na Procuradoria, especializou-se na área criminal, com atuação destacada na Procuradoria de Crimes Punidos com Pena de Reclusão, representando o Ministério Público junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Em 1985, novamente rompeu barreiras ao ser nomeada Corregedora-Geral do Ministério Público de Goiás, a primeira mulher a exercer esse cargo na instituição. Como Corregedora-Geral, integrou o Conselho Superior do Ministério Público, contribuindo para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e orientação funcional.

Entre 1985 e 1988, presidiu a Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), função em que representou a entidade nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, participando dos debates que moldaram a estrutura constitucional do Ministério Público brasileiro contemporâneo. Aposentou-se no mesmo ano como Procuradora de Justiça, deixando trajetória marcada por pioneirismo, competência técnica e compromisso com a institucionalidade democrática.

Ouvidora-Geral

ORLANDINA BRITO PEREIRA

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás desde 1982. Pós-graduada em Direito Processual Civil também pela Universidade Federal de Goiás e em Direito Constitucional pela Academia Goiana da Polícia Civil. Aprovada no concurso de provas e títulos para carreira de Membros do Ministério Público do Estado de Goiás em 1984. Como Promotora de Justiça, atuou nas comarcas de Formoso, Sancerlândia, Corumbá de Goiás e Anápolis. Em 2001, foi promovida a Procuradora de Justiça, cargo que ocupa até o presente momento. Ao longo de sua carreira, em três oportunidades, foi eleita Conselheira do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Goiás. Também foi eleita Ouvidora-Geral do Ministério Público do Estado de Goiás por três vezes, nos biênios abril.2017/março.2019, abril.2019/março.2021 e abril.2023/março.2025.

Na primeira gestão, de março de 2017 a março de 2019, criou a Rede de Ouvidorias Públicas de Goiás e realizou seminários anualmente. Na segunda gestão, de março de 2019 a março de 2021, na condição de Diretora de Planejamento Estratégico do CNOMP, contando com a colaboração da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, conseguiu realizar o Planejamento Estratégico do CNOMP, algo inédito, tendo em vista que, em razão da pandemia, todas as reuniões foram realizadas por videoconferência, inclusive a aprovação de todo o Colegiado em novembro de 2020. Na terceira gestão, de março de 2023 a março de 2025, em parceria com a Secretaria de Educação de Goiás e com o governo estadual, criou e desenvolveu o Projeto Aluno Ouvidor, experiência gratificante ao ver alunos ouvidores efetivamente resolverem problemas da comunidade escolar em que estavam inseridos. Outro projeto de destaque foi criar a Ouvidoria das Mulheres, reivindicação do CNMP, lançada em dezembro de 2023.

5.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Corregedora-Geral

ELIANA CÍCERO DE SÁ MARANHÃO AYRES

Nascida em Cuiabá em 08 de março de 1955, bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso em 1979. Ingressou no Ministério Público em 1985, por concurso público, sendo nomeada Promotora de Justiça da Comarca de Poconé (1ª Entrância). Rapidamente progrediu na carreira, oficiando na Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente e do Patrimônio Público em Cuiabá (1986) e atuando junto às Varas Cíveis da Comarca de Várzea Grande. Foi promovida por merecimento para Várzea Grande (2ª Entrância) e, em seguida, para Rondonópolis (3ª Entrância) em 1987, onde respondeu pelas Varas Cíveis e diversas Curadorias, incluindo Defesa do Patrimônio Público e Juizado de Pequenas Causas.

Promovida por antiguidade para Cuiabá em 1990, atuou em diversas Varas Criminais e Cíveis até ser promovida a Procuradora de Justiça em 1997. Ao longo de sua carreira, integrou importantes colegiados, como o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana, além de compor o Conselho Superior do Ministério Público por um longo período (1999 a 2019).

Um dos pontos altos de sua trajetória foi alcançar o posto de Corregedora-Geral do Ministério Público, sendo a primeira mulher a exercer essa função no Mato Grosso, no biênio 2005/2007. Exerceu funções de coordenação de destaque, liderando o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GAECO) de 2008 a 2009 e o Núcleo de Apoio para Recursos Especiais (NARE) de 2009 a 2013. Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres também ocupou o cargo de Procuradora-Geral de Justiça Adjunta em dois períodos (2011-2013 e 2015-2016) e, desde 2013, tem se dedicado à função de Ouvidora-Geral do MP/MT, exercendo-a de 2013 a 2015 e novamente a partir de 2023. Atuou como titular da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público de 2014 a 2021 e, atualmente, é titular da 18ª Procuradoria de Justiça, mantendo-se na ativa com delegação para atuar no Tribunal Pleno do TJ/MT.

Ouvidora-Geral

SILVANA CORREA VIANNA

Graduada em Direito em 1982, ingressou na carreira do Ministério Público em 1990. Atuou como Promotora de Justiça por quase 19 anos, principalmente na Promotoria de Infância e Juventude da Comarca de Várzea Grande, onde demonstrou profundo engajamento social. Nessa área, desenvolveu vários projetos sociais, destacando-se o Projeto Vida Nova (2001), que implementou o inovador programa de Casas Lares para o acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência e abandono em Várzea Grande, inaugurando o primeiro programa desse tipo no Estado de Mato Grosso, o qual foi ampliado posteriormente para quatro unidades.

Em 2003, coordenou o Fórum Social Municipal de Várzea Grande, um fórum de debates sobre Políticas Públicas voltadas para a Infância, Juventude e Cidadania. No ano seguinte, implementou o Projeto Fortalecer, um programa de combate à evasão escolar com ênfase no fortalecimento dos vínculos familiares e valorização da escola, que atendeu mais de dois mil alunos em dezenas de escolas. Seu trabalho incluiu ainda o Programa de Educação Permanente dos Direitos da Infância e Juventude (2008) para capacitação de Conselheiros Tutelares.

Em 2009, foi promovida por merecimento a Procuradora de Justiça, assumindo a titularidade da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público, atuando em recursos de segundo grau e no planejamento estratégico da área. Em 2011, Silvana Correa Vianna fez história ao ser nomeada a primeira mulher a ocupar o cargo de Ouvidora-Geral do Ministério Público de Mato Grosso para o biênio 2010-2012, onde trabalhou para incentivar a participação e o controle social das ações do Estado. A partir de 2014, passou a atuar na área criminal, como titular da 5ª Procuradoria de Justiça Criminal. De 2015 a 2018, cursou mestrado em Portugal, com foco no Direito das crianças.

6. MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

6.1. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradora-Geral da República

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Raquel Elias Ferreira Dodge foi a 1ª mulher a ocupar o cargo de Procuradora-Geral da República, entre os anos de 2017 e 2019. No mesmo período foi Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Procuradora-Geral Eleitoral e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal, assim como membro do Conselho Nacional de Justiça. Ao longo da carreira, também foi Membro do Conselho Superior do MPF, eleita pelo Colégio de Procuradores da República, por três mandatos consecutivos (2011-2013, 2013-2015 e 2015-2017) e Membro do Conselho Institucional do MPF. Foi designada Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão (2012-2016) e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Adjunta (2000-2004). Foi membro da 6ª CCR (1993-2004) e da 3ª CCR (2016-2017), além de Procuradora Regional Eleitoral Substituta. A Subprocuradora-Geral da República Raquel Elias Ferreira Dodge é Mestre em Direito pela Harvard Law School (2007), onde também foi Pesquisadora Visitante (2007-2008), Visiting Fellow (2005 2006 e 2008), Global Advocacy Fellow e premiada com a Gammon Fellowship do Programa de Pós-Graduação (2006-2007). Graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília e, na mesma universidade, concluiu o curso de Mestrado em Direito e Estado (1983). Ademais, é fundadora e primeira presidente do Instituto Global do Ministério Público para o Ambiente (2018-2019). Atuou como perita da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Recebeu prêmio da Associação Internacional dos Promotores (International Association of Prosecutors) e do Instituto Innovare. Integrou a equipe que redigiu o I e II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil e o projeto de lei para adaptar a legislação brasileira ao Tribunal Penal Internacional. Foi palestrante em eventos jurídicos no Brasil e no exterior, como a Harvard, a London School of Economics e na China. Atuou junto à União Europeia na promoção de equidade feminina no Ministério Público brasileiro.

Corregedora-Geral

YEDDA DE LOURDES PEREIRA (*In memoriam*)

Nascida em 27 de agosto de 1932, na cidade de Porto Alegre/RS, ela construiu uma trajetória marcada por pioneirismo, excelência técnica e profundo compromisso com o Ministério Público Federal. Ingressou na carreira em 5 de maio de 1970, quando foi aproveitada no cargo de Procuradora da República de 2ª Categoria, com efeitos retroativos a 29 de outubro de 1969. Sua atuação destacada a conduziu à promoção ao cargo de Procuradora da República de 1ª Categoria, a partir de 17 de março de 1988, e, posteriormente, ao cargo de Subprocuradora-Geral da República, que assumiu em 21 de maio de 1993.

Na alta administração do Ministério Público Federal, exerceu funções de grande relevância. Foi Coordenadora da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão entre 10 de julho de 1995 e 25 de agosto de 2002, liderando trabalhos essenciais ao aprimoramento da atuação institucional. Também foi designada Corregedora-Geral do Ministério Público Federal, função que desempenhou de 27 de setembro de 2001 a 25 de agosto de 2002, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e aperfeiçoamento da atuação dos membros do MPF.

Aposentou-se em 26 de agosto de 2002, após uma carreira marcada pela seriedade, pelo rigor jurídico e pela dedicação ao serviço público. Faleceu em 3 de dezembro de 2024, deixando um legado de integridade, profissionalismo e compromisso institucional que continua a inspirar gerações no Ministério Público Federal.

Ouvidora-Geral

ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

Subprocuradora-Geral da República aposentada. Nasceu em Curitiba, em 14/9/1948. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é mestre e doutora na mesma área. Ingressou no Ministério Público Federal em 1975, mediante concurso público. Como procuradora da República atuou na PGR e nas PR do Paraná e de Santa Catarina. Nesta última foi Encarregada do Setor de Direitos Humanos, membro do Conselho Penitenciário, Procuradora Regional Eleitoral-Substituta e Procuradora-Chefe. Promovida por merecimento a Subprocuradora-Geral da República, em 1992. Nesse cargo, foi Coordenadora de Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão e Secretária-Adjunta da Secretaria de Defesa dos Interesses Individuais e Difusos. Integrou as seguintes Câmaras de Coordenação e Revisão: 1ª (Fiscalização de Atos Administrativos) 5ª (Patrimônio Público e Social), como primeira coordenadora; 6ª CCR (populações indígenas e comunidades tradicionais), como coordenadora e membro; antiga 7ª CCR (Criança, adolescente, idoso, deficiente, consumidor e outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, difusos e coletivos), e atual 7ª CCR (controle externo da atividade policial e sistema prisional). Presidiu o Conselho Institucional. Nomeada Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão por dois mandatos (2004-2008), Corregedora-Geral no biênio 2009-2011 e Ouvidora-Geral (2012). No curso da carreira oficiou perante o STJ, principalmente em matéria criminal e teve assento nas 5ª e 6ª Turmas, 3ª Seção e Corte Especial, mas também em matéria cível (1ª e 2ª Turmas). Oficiou no TSE e no STF, com assento nas Turmas. Em 2001, integrou a lista sêxtupla destinada ao preenchimento de vaga de ministro do STJ. Como vice – procuradora geral da República (2013-2016), atuou no CNJ, no Pleno do STF, e no CNMP. Implantou e coordenou o Comitê Gestor de Gênero e Raça do MPF (2014) e nessa qualidade coordenou também a Comissão Nacional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do MPF, instituída em 2018. Exerceu vários mandatos, como suplente ou titular, no Conselho Superior do Ministério Federal, inclusive a vice-presidência do colegiado. Integrou 11 Comissões Examinadoras dos Concursos para ingresso na carreira de Procurador da República, (15°, 17°, 20°, 21°, 22° e 24° e 25°, 26°, 27°, 28° e 29°). Na Escola Superior do Ministério Público da União exerceu atividades docentes e de pesquisa, Implementou (2018-2019) projeto para transversalizar a perspectiva de gênero e raça em todas as suas atividades.

6.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Procuradora-Geral de Justiça e Corregedora-Geral

MARLUCE APARECIDA BARBOSA LIMA

Aprovada no concurso de 1971, Marluce construiu uma carreira com ampla trajetória: atuou no Tribunal do Júri, em Varas Cíveis e de Fazenda Pública, e foi a primeira promotora a oficiar perante o Tribunal de Contas do DF. Seu legado também inclui a gestão da Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a coordenação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência (CAO/PID).

Mesmo acumulando a função de Corregedora-Geral com o trabalho de Procuradora de Justiça nas Turmas Criminais do Tribunal de Justiça, Marluce se destacou por sua dedicação. Na época, sem a tecnologia de hoje, ela organizava grupos de debate e mantinha um vasto arquivo de jurisprudências em fichários, um recurso fundamental para auxiliar seus colegas a aprimorarem suas atividades.

Foi a primeira mulher a chefiar o MPDFT, após ser a mais votada na eleição para o cargo. Ela exerceu a função de Procuradora-Geral de Justiça por dois mandatos consecutivos, entre 1992 e 1996. A sua administração promoveu uma profunda reestruturação na instituição. Entre as principais ações, destacam-se a ampliação do quadro de pessoal, o início da construção do edifício-sede do MPDFT, a reforma de diversas unidades e a renovação da frota de veículos e a criação da Assessoria de Comunicação, com atribuições relacionadas ao contato com a imprensa e às divulgações internas.

A promulgação da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 concedeu autonomia e novas responsabilidades à instituição e transformou o MPDFT de um "apêndice" do Tribunal de Justiça em um órgão independente, focado na defesa da sociedade. Essa mudança foi fundamental para que a instituição iniciasse uma nova fase de conquistas, com a criação de importantes órgãos internos: o Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça; o Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; a Corregedoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; as Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão.

Foram criadas promotorias especializadas, como as Cíveis, a do Consumidor, a da Criança e do Adolescente, a do Meio Ambiente, e a da Ordem Tributária, além da Procuradoria de Recursos Constitucionais. Também foi implementado o primeiro Programa de Capacitação de Recursos Humanos, o plano de assistência médica e social (Plan-Assiste) e expandiu a informatização da instituição com a aquisição de computadores e o desenvolvimento de novos sistemas. Foi criado ainda o programa de estágio remunerado do MPDFT, que, a partir de 1993, passou a receber estudantes de nível médio e superior.

Ouvidora-Geral

ANA CLÁUDIA MAGALHÃES ALVES DE MELO

Formou-se em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), turma de 1989. Iniciou sua trajetória no serviço público aos 19 anos, após aprovação em concurso, atuando por seis anos no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e por um ano no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em agosto de 1994, foi nomeada Promotora de Justiça Adjunta no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), onde construiu carreira sólida e reconhecida. Atuou por 24 anos em Promotorias de Justiça Criminais de Brasília, destacando-se pela firme atuação na defesa da ordem jurídica e dos direitos fundamentais.

Foi Ouvidora-Geral do MPDFT entre novembro de 2006 e novembro de 2008, sendo a primeira mulher a ocupar esse cargo. Participou da criação de importantes iniciativas institucionais, como a Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus) e o Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (Nevesca).

Exerceu a função de Diretora da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) nos biênios 2005/2007, 2023/2025 e 2025/2027, e integrou o Conselho Fiscal da Fundação Escola Superior do MPDFT (FESMPDFT) em 2016. Em agosto de 2024, foi promovida ao cargo de Procuradora de Justiça e, atualmente, atua como 1ª suplente da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT.

6.3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradora-Geral do Trabalho

SANDRA LIA SIMON

Nascida na zona leste da cidade de São Paulo/SP, graduou-se em Direito pela PUC/SP. É especialista em Direito do Trabalho pela USP e Mestra em Direito Constitucional pela PUC/SP. Foi professora da PUC/SP e da UNIP. Ingressou no Ministério Público do Trabalho em dezembro de 1991, aprovada no 3° concurso de ingresso na carreira. Exerceu a Vice-Presidência da ANPT – Associação Nacional de Procuradoras e Procuradores do Trabalho no biênio 2000/2002.

Foi a primeira mulher — e permanece, até os dias de hoje, a única — a ocupar o cargo de Procuradora-Geral do Trabalho, exercendo dois mandatos consecutivos (2003/2005 e 2005/2007). No primeiro mandato, encabeçou a lista tríplice com mais de 60% dos votos da carreira; no segundo, foi reconduzida com mais de 85% dos votos. Representou o MPT no Conselho Nacional do Ministério Público como Conselheira no biênio 2009/2011, período em que presidiu a Comissão da Infância e Juventude. Atuou, ainda, como Diretora-Geral Adjunta da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) no biênio 2016/2018.

Subprocuradora-Geral do Trabalho desde 2014, integra a Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), coordenando a 4ª Subcâmara, responsável pelas matérias trabalho escravo, trabalho infantil, liberdade sindical e povos originários e tradicionais. Coordena o Grupo de Trabalho "Justiça de Transição". Entre outras atividades, foi Coordenadora Nacional da CONAFRET, integrou a gerência do Projeto de Empregabilidade de Pessoas LGBTQIAP+, atuou como Secretária-Executiva do Grupo de Trabalho Povos Originários, Comunidades Tradicionais e Periféricas e foi Orientadora Pedagógica do Curso de Ingresso e Vitaliciamento nos 21° e 22° concursos do MPT.

É sócia-fundadora do Coletivo Transforma MP. Corinthiana raiz, amante da natureza e frequentadora da Vila de São Jorge, na Chapada dos Veadeiros/GO, divide seu tempo livre entre trilhas, rios e cachoeiras. Apaixonada pela cultura e pelas festas populares — do Carnaval ao São João — é fã incondicional de música, apreciando de MPB a pop, e vive atualmente um reencontro com Racionais e um encantamento por BaianaSystem e Bad Bunny.

Corregedora-Geral

ELIANA TRAVERSO CALEGARI

Nomeada para exercer o cargo de Procuradora do Trabalho da 2ª Categoria na PRT da 1ª Região/RJ, foi convocada para substituir o Procurador do Trabalho de 1ª Categoria, Dr. Fernando Ramagem Soares, em virtude de licença para tratamento de saúde.

Posteriormente, foi promovida, por antiguidade, ao cargo de Procuradora do Trabalho de 1ª Categoria. Foi designada para substituir o Subprocurador-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Hegler José Horta Barbosa, nos períodos de 12 de novembro a 11 de dezembro de 1986, de 26 de outubro a 9 de novembro de 1987 e de 11 de novembro a 10 de dezembro de 1987. Também foi designada para substituir o Subprocurador-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Luiz da Silva Flores, no período de 17 de fevereiro a 17 de março de 1988, e o Subprocurador-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Armando de Brito, entre 23 de março e 21 de abril de 1988. No ano seguinte, substituiu a Subprocuradora-Geral da Justiça do Trabalho, Dra. Inez Cambraia, no período de 21 de março a 19 de abril de 1989.

Promovida, por antiguidade, ao cargo de Subprocuradora-Geral do Trabalho, em vaga decorrente da aposentadoria do Dr. Carlos Sebastião Portella, foi designada para responder pela Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região entre 5 e 16 de julho de 1993.

Em 3 de setembro de 1993, foi nomeada para o cargo de Corregedora-Geral do Ministério Público do Trabalho, tornando-se a primeira mulher a assumir esse posto. Em 11 de julho de 1995, foi designada para exercer o encargo de Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, do qual foi dispensada em 22 de agosto de 1995.

Aposentou-se em 29 de agosto de 1997, no cargo de Subprocuradora-Geral do Trabalho.

Ouvidora-Geral

EVANY DE OLIVEIRA SELVA

Formou-se em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Ingressou no Ministério Público do Trabalho (MPT) em 11 de dezembro de 1991, no cargo de Procuradora do Trabalho de 2ª Categoria — posteriormente renomeado para Procuradora do Trabalho pela Lei Complementar nº 75/93 — atuando na Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, em Vitória/ES. Foi promovida por merecimento ao cargo de Procuradora Regional do Trabalho em 20 de abril de 1995 e, em 28 de outubro de 2010, ao cargo de Subprocuradora-Geral do Trabalho, função que exerce atualmente.

Desde 2010, atua nas sessões de audiência e julgamento das Turmas do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, bem como na Subseção Especializada em Dissídios Coletivos (SEDC) e nas Subseções I e II da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SEDI). Foi Secretária dos IX e X Concursos Públicos para provimento de cargos de Procurador do Trabalho, realizados em 2001, autorizados pelo Conselho Superior do MPT. Exerceu, ainda, o cargo de Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, em Brasília/DF.

Foi a primeira Ouvidora do Ministério Público do Trabalho, designada oficialmente em 1º de novembro de 2011 pela Portaria nº 289/2011, exercendo a função sem prejuízo de suas atividades institucionais. Em 2011, integrou a comitiva que representou o MPT na 100ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, Suíça, entre 29 de maio e 18 de junho.

Em novembro de 2023, foi designada Vice-Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Promoção da Regularidade do Trabalho na Administração Pública (CONAP), da Procuradoria-Geral do Trabalho, conforme Portaria nº 2080/2023. Participou de diversas Comissões de Inquérito Administrativo e de comissões eleitorais responsáveis pela apuração de fatos relevantes no âmbito interno do MPT, além de exercer atuações substitutivas em nome de outros Subprocuradores-Gerais, sempre com dedicação funcional e compromisso institucional.

6.4. MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Procuradora-Geral Militar

ADRIANA LORANDI (*In memoriam*)

Nascida em 11 de outubro de 1955, em Piracicaba/SP, filha de Irineo Lorandi e Maria Cecília Lordello Lorandi, ela construiu uma trajetória marcada por firmeza, preparo técnico e profundo compromisso institucional. Em 31 de julho de 1982, casou-se com Enéas Ferreira Carneiro, com quem teve a filha Ligia Lorandi Ferreira Carneiro, base afetiva que acompanhou sua vida profissional.

Ingressou no Ministério Público Militar em 4 de fevereiro de 1985, após aprovação no IV Concurso Público para Promotor de Justiça Militar, no qual obteve a 6ª colocação. Nomeada Procuradora Militar de 2ª Categoria, destacou-se pela postura serena, rigorosa e dedicada. Em 11 de setembro de 1996, foi promovida, por merecimento, ao cargo de Subprocuradora-Geral de Justiça Militar.

Ao longo de sua trajetória, assumiu funções de grande relevância: foi suplente do Corregedor-Geral do Ministério Público Militar em 1997, integrou a Câmara de Coordenação e Revisão a partir de 1998 e, em 31 de março de 2000, alcançou um marco histórico ao ser nomeada Procuradora-Geral de Justiça Militar, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo máximo do MPM. Com liderança firme e visão institucional, conduziu a instituição em período de desafios e transformações.

Entre abril de 2004 e fevereiro de 2008, exerceu o cargo de Vice-Procuradora-Geral de Justiça Militar, ampliando sua contribuição para o fortalecimento administrativo e funcional do órgão. Também integrou o Conselho Administrativo da Escola Superior do Ministério Público e atuou como diretora do Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário. Entre 1997 e 2001, exerceu a Vice-Presidência da Associação Nacional do Ministério Público Militar.

Faleceu em 27 de novembro de 2009, na cidade do Rio de Janeiro, deixando um legado de pioneirismo, exemplo ético e dedicação ao Ministério Público Militar, além de inspiração permanente para as gerações futuras.

Corregedora-Geral

MARISA TEREZINHA CAUDURO DA SILVA

Nascida em 20 de julho de 1943, em Porto Alegre, filha de Guaracy Cauduro da Silva e Nely Silveira da Silva, é mãe de três filhos. Iniciou o curso de Direito em Cruz Alta (RS), concluindo-o posteriormente na Universidade Federal do Amazonas, em 1978. Antes de ingressar no Ministério Público Militar, atuou como advogada em Manaus e, em seguida, foi aprovada em concurso para técnica judiciária da Justiça Militar, tendo contribuído para a instalação, em 1979, da Secretaria da Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, em Manaus.

Ingressou no Ministério Público Militar em 1984, após aprovação em concurso público, sendo nomeada Procuradora Militar de segunda categoria, com atuação na 1ª Auditoria da Procuradoria de Justiça Militar da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, em Porto Alegre. Com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 75/1993, seu cargo passou a denominar-se Promotora de Justiça Militar. Foi promovida por antiguidade a Procuradora de Justiça Militar em 1995 e, em 1996, ao cargo de Subprocuradora-Geral de Justiça Militar.

Em 30 de abril de 1997, tornou-se a primeira mulher a exercer o cargo de Corregedora-Geral do Ministério Público Militar. Durante seu mandato, instituiu o circuito de Correições Ordinárias presenciais, realizando inspeções correicionais em todas as unidades regionais do MPM — atividade até então não executada, embora prevista na Lei Complementar nº 75/1993. Também presidiu a fiscalização do estágio probatório dos(as) Promotores(as) que ingressaram no MPM em 1997 e instalou a Corregedoria em dependências próprias da Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

Em 26 de junho de 2000, foi eleita vice-presidente do MPM pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos. Em 9 de maio do mesmo ano, passou a integrar a Câmara de Coordenação e Revisão, igualmente por mandato de dois anos. Em 8 de abril de 2002, tomou posse como Procuradora-Geral de Justiça Militar, chefiando a instituição no biênio 2002–2004.

Aposentou-se em 18 de junho de 2010, após trajetória exemplar marcada por mérito, comprometimento e expressiva contribuição ao Ministério Público Militar.

Ouvidora-Geral

LUCIA BEATRIZ DE MATTOS CONE

Nasceu em 10 de março de 1948, no Rio de Janeiro, filha de Arnaldo de Mattos e Dinorah Magalhães de Mattos. É mãe de Marcelo e Renato. Concluiu o ensino primário em 1959 e completou o ginásio e o curso secundário clássico no Colégio Pedro II. Graduou-se em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, em 1972.

Antes de ingressar na carreira jurídica, atuou como professora entre 1966 e 1972. Ingressou no Ministério Público Militar em 1982, após aprovação em concurso público, sendo nomeada Procuradora Militar de segunda categoria, com atuação na 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em São Paulo. Com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 75/1993, seu cargo passou a denominar-se Promotora de Justiça Militar.

Foi promovida por merecimento a Procuradora de Justiça Militar em 1995 e, em 1996, ao cargo de Subprocuradora-Geral de Justiça Militar. Aposentou-se em 16 de abril de 1996, após trajetória marcada pelo mérito e pela dedicação ao Ministério Público Militar.

Entre 19 de abril e 1º de dezembro de 2004, exerceu o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça Militar. Em 3 de fevereiro de 2009, foi nomeada Ouvidora do Ministério Público Militar, função que desempenhou até 2017, consolidando sua contribuição institucional e seu compromisso com o aprimoramento do diálogo entre a sociedade e o MPM.

20 ANOS

CNMP

Conselho
Nacional do
Ministério Público